

Capítulo 9

Povos da Amazônia e Colonização Europeia (Séculos XVI - XVIII)



Indígenas Kanamari durante trabalho na roça da aldeia Massapê (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Sobre o Painel Científico para a Amazônia (SPA)

O Painel Científico para a Amazônia é uma iniciativa inédita convocada sob os auspícios da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDSN). O SPA é composto por mais de 200 cientistas e pesquisadores proeminentes dos oito países amazônicos, da Guiana Francesa e de parceiros globais. Esses especialistas se reuniram para debater, analisar e reunir o conhecimento acumulado da comunidade científica, dos Povos Indígenas e de outros atores que vivem e trabalham na Amazônia.

O Painel é inspirado no Pacto de Letícia pela Amazônia. Este é um relatório inédito que fornece uma avaliação científica abrangente, objetiva, aberta, transparente, sistemática e rigorosa do estado dos ecossistemas da Amazônia, das tendências atuais e de suas implicações para o bem-estar, a longo prazo, da região, bem como oportunidades e opções políticas relevantes para a conservação e o desenvolvimento sustentável.

Relatório de Avaliação da Amazônia 2021, Copyright @ 2021, Painel Científico para a Amazônia. Traduzido do Inglês para o Português por Jens Munck, Carol Moraes, Brian Rodrigues, Eráclito Sousa Neto, Henrique Braz, Matheus Almeida, Valeria Gauz, Azevedo Ventura, Ane Alencar, Igor Arnaldo de Alencar, Leonardo Mueller Vilela de Carvalho, Lucas Dutra, and Nathália Nascimento. Este relatório é publicado sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não-Comercial – Compartilhamento pela mesma Licença 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). ISBN: 978-1-7348080-6-3

Citação sugerida

Cuvi N, Guiteras Mombiola A, Lehm Ardaya Z. 2021. Capítulo 9: Povos da Amazônia e Colonização Europeia (Séculos 16 – 18). Em: Nobre C, Encalada A, Anderson E, Roca Alcazar FH, Bustamante M, Mena C, Peña-Claros M, Poveda G, Rodriguez JP, Saleska S, Trumbore S, Val AL, Villa Nova L, Abramovay R, Alencar A, Rodríguez Alzza C, Armenteras D, Artaxo P, Athayde S, Barretto Filho HT, Barlow J, Berenguer E, Bortolotto F, Costa FA, Costa MH, Cuvi N, Fearnside PM, Ferreira J, Flores BM, Frieler S, Gatti LV, Guayasamin JM, Hecht S, Hirota M, Hoorn C, Josse C, Lapola DM, Larrea C, Larrea-Alcazar DM, Lehm Ardaya Z, Malhi Y, Marengo JA, Melack J, Moraes R M, Moutinho P, Murmis MR, Neves EG, Paez B, Painter L, Ramos A, Rosero-Peña MC, Schmink M, Sist P, ter Steege H, Val P, van der Voort H, Varese M, Zapata-Ríos G (Eds). Relatório de Avaliação da Amazônia 2021. Traduzido do Inglês para o Português por Jens Munck. Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Nova Iorque, EUA. Disponível em <https://www.amazoniaquequeremos.org/pca-publicacoes/>. DOI: 10.55161/UOXD1328

ÍNDICE

RESUMO GRÁFICO.....	2
MENSAGENS-CHAVES.....	3
RESUMO	3
9.1 INTRODUÇÃO	4
9.2 CHEGADA DOS ESPANHÓIS E PORTUGUESES: DE GASPAR DE CARVAJAL A CRISTOBAL DE ACUÑA E A ORIGEM DO NOME DA AMAZÔNIA	5
9.3 RELAÇÕES MILENARES E MAIS RECENTES ENTRE OS ANDES E A AMAZÔNIA	7
9.4 MAIS EXPLORAÇÕES DA AMAZÔNIA	7
9.5 CONFLITOS ENTRE OS REINOS DE ESPANHA E PORTUGAL	13
9.6 DESPOVOAMENTO: O IMPACTO DA CONQUISTA E COLONIZAÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS.....	16
9.7 CONTROLE COLONIAL E DOMINAÇÃO ATRAVÉS DO ASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES EUROPEIAS	19
9.8 JESUÍTAS, FRANCISCANOS E OUTRAS ORDENS RELIGIOSAS	21
9.9 SECULARIZAÇÃO DAS MISSÕES	24
9.10 RESISTÊNCIA INDÍGENA CONTRA CONQUISTA E COLONIZAÇÃO	26
9.11 CONCLUSÃO.....	27
9.12 RECOMENDAÇÕES.....	29
9.13 REFERÊNCIAS	29

Resumo gráfico

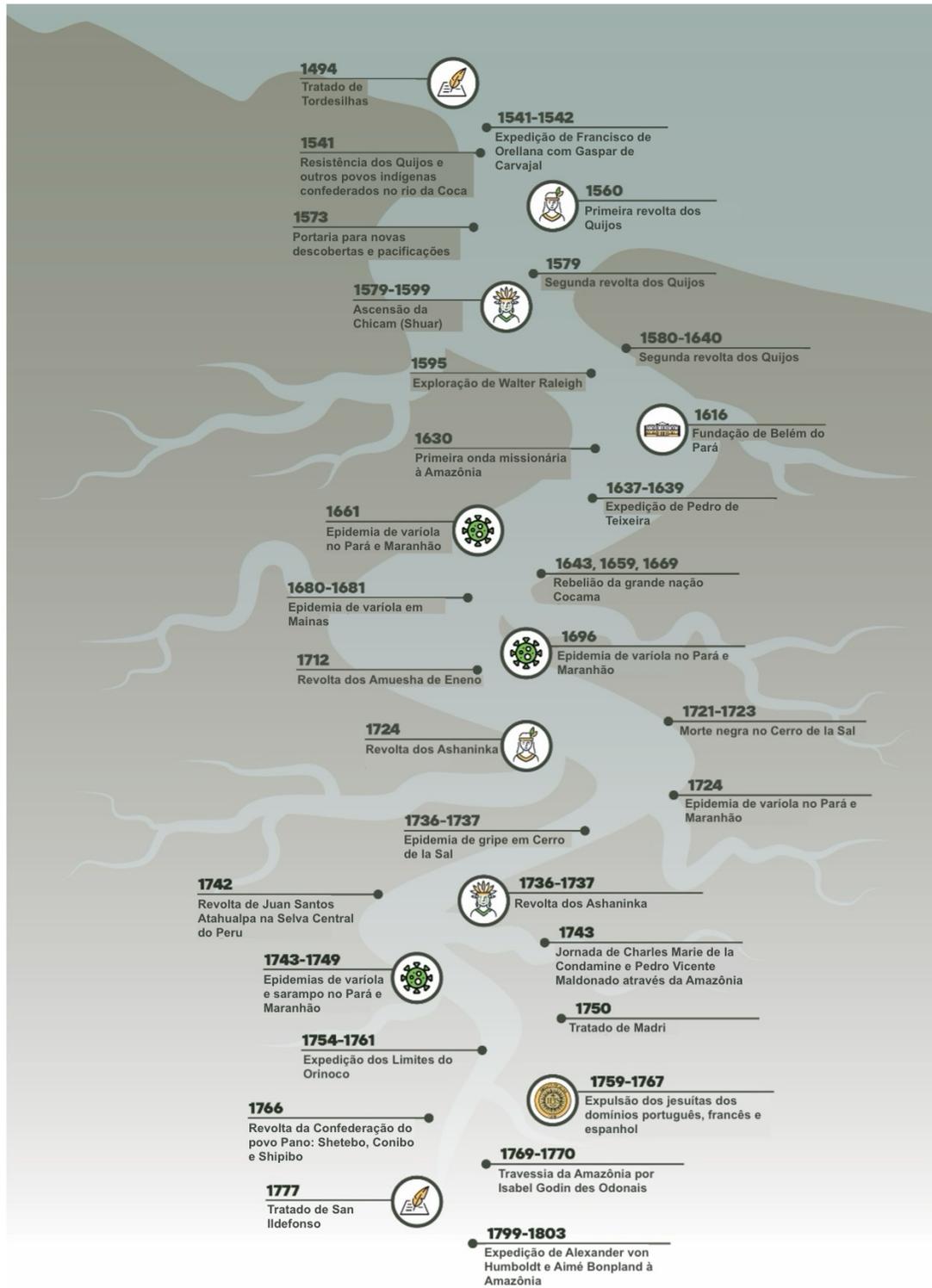


Figura 9.A Resumo Gráfico

Povos da Amazônia e Colonização Europeia (Séculos XVI - XVIII)

Nicolás Cuví^{a*}, Anna Guiteras Mombiola^{b*}, Zulema Lehm Ardaya^{c*}

Mensagens-Chaves

- Os séculos XVI-XVIII deixaram vestígios na Amazônia, por exemplo seu nome. Restam vários mitos, construídos em torno de um espaço rico (metais, medicamentos, materiais), marginal, distante, perigoso e por vezes vazio (em decorrência do despovoamento), um atrativo para a apropriação e mobilização de saberes.
- Noções coloniais como as baseadas na dualidade “civilização/barbárie” têm influenciado fortemente as relações políticas e sociais com os centros político-administrativos de reinos e repúblicas, e entre povos indígenas e não indígenas. Por exemplo, há uma oposição construída entre atividades consideradas como sinais de “civilização”, como a agricultura extensiva, em contraste com a caça, a pesca, a silvicultura ou os sistemas agrícolas de subsistência. Esses tipos de dicotomias geralmente aparecem nas políticas e propostas de desenvolvimento da região.
- A construção de “fronteiras”, “limites” e “fronteiras” também foi recorrente no território; entre os reinos europeus e os Estados herdeiros das colônias espanholas, portuguesas, holandesas, inglesas ou francesas; entre as montanhas e a planície; ou entre os povos indígenas. Essas fronteiras ignoram várias dinâmicas de intercâmbio intenso, como aquelas realizadas entre os territórios amazônicos e as costas e altos Andes.
- A relação entre os povos indígenas e os conquistadores e colonizadores europeus era geralmente violenta e definida por tensões em que os processos de dominação militar e religiosa encontravam resistência. Os povos amazônicos submetidos às missões passaram por uma etnogênese, o que deu origem a novas identidades contendo elementos tradicionais e missionários.
- O declínio demográfico contribuiu para perpetuar o mito do “grande vazio amazônico” e da divisão entre a Amazônia e os Andes. A extinção de muitos povos indígenas pelo contato com agentes não indígenas e políticas “civilizatórias” chama a atenção para a continuidade dessa dinâmica até o presente, destacando a vulnerabilidade dos povos indígenas em contato inicial ou isolamento voluntário.
- A introdução de tecnologias como ferramentas de ferro criou novas relações e tensões entre os povos indígenas e entre eles e os colonos.
- Várias cidades estavam localizadas em áreas ocupadas por povos indígenas, enquanto outras foram construídas em novos lugares.

Resumo

Este capítulo trata da história da Amazônia entre os séculos XVI e XVIII. Ele é organizado de acordo com diversos temas que deixaram rastros indeléveis no território, em alguns casos até os dias atuais. O nome do rio Amazonas e posteriormente de toda a região ilustra a influência dos mitos europeus. Várias lendas foram surgindo sobre a Amazônia desde então, incluindo a de abrigar riquezas potenciais inesgotáveis ou a de ser um espaço perigoso e vazio (em grande parte devido ao despovoamento dos povos indígenas). “Fronteiras” também foram estabelecidas na Amazônia de muitas maneiras; entre povos indígenas, entre “civilização” e “barbárie”, entre o urbano e o selvagem, entre o catolicismo e o paganismo, entre os Andes e a Amazônia, e entre o Brasil, colonizado por Portugal, e os países andino-amazônicos colonizados pela Espanha.

Os principais atores da expansão colonial europeia foram exploradores militares, funcionários do Estado, missionários e cientistas. Eles construíram uma narrativa que combinava fantasias com informações verdadeiras que incluíam

^a Departamento de Antropología, Historia y Humanidades, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Ecuador, La Pradera e7 174 y Diego de Almagro, Quito, Ecuador ncuvi@flacso.edu.ec

^b Departament d’Història i Arqueologia, Secció d’Història Antiga i Història d’Amèrica i Àfrica, Universitat de Barcelona, Montalegre 6. Barcelona, España anna.guiteras@gmail.com

^c Programa Andes Amazonia Orinoquia. Wildlife Conservation Society, Urbanización Los Tocos. Costanera # 480. Trinidad, Beni, Bolivia zlehm@wcs.org

descrições etnográficas, bem como mapas da localização de cursos d'água, populações, recursos naturais e história natural. Eles também foram centrais para o estabelecimento de centros urbanos.

Desde a era da conquista europeia, a extração de recursos naturais tem sido acompanhada pela subjugação e exploração da força de trabalho e pelo desenvolvimento de múltiplas formas de dominação e extermínio, especialmente dos povos indígenas. Além disso, a conquista e a colonização da Amazônia implicaram mudanças drásticas nas relações dentro das sociedades indígenas, entre os povos indígenas e entre esses povos e os agentes e representantes dos estados coloniais, variando significativamente entre os reinos da Espanha e de Portugal. Por sua vez, os povos indígenas acumularam diversas formas de resistência e rebelião para preservar seus modos de vida, territórios e autonomia. Este capítulo contribui para uma compreensão da Amazônia como resultado do acúmulo de múltiplas e diversas determinações de longa data.

Palavras-chave: Amazônia séculos XVI-XVIII, explorações, cartografia, domínio colonial, imposição cultural, escravidão, mitos, epidemias, resistência, missões religiosas, extermínio, urbanização.

9.1 Introdução

Por causa da economia estagnada da Península Ibérica, um dos mais importantes incentivos à exploração marítima no século XV, especialmente entre portugueses e castelhanos (mais tarde espanhóis), foi a busca de rotas alternativas para o comércio com o Extremo Oriente, o que fora dificultado pela expansão dos otomanos e a tomada de Constantinopla. No final do século XV e início do século XVI, navios ingleses, franceses e holandeses se juntaram a essas explorações. Nesse contexto econômico, Cristóvão Colombo zarparou do porto de Palos (Espanha) em 1492 e, dois meses depois, chegou à Ilha de Guanahani, no Caribe, sem saber que se tratava de outro continente.

Expedições espanholas adicionais partiram do Caribe, levando à expansão espanhola através da Mesoamérica e da América do Sul, seguindo a costa atlântica até o rio Orinoco e a costa do Pacífico até o coração do império inca. O império inca vivia uma guerra civil quando os europeus chegaram, facilitando para o castelhano Francisco Pizarro e seu grupo tomar o poder e, portanto, controlar boa parte do território. No processo de queda dos Incas,

irromperam conflitos entre os conquistadores, notadamente um enfrentado por Pizarro e Diego de Almagro, ambos a serviço da monarquia espanhola. Ao mesmo tempo, os portugueses, mais interessados em preservar os seus enclaves na costa africana para manter o seu comércio com a Ásia, estabeleceram alguns portos na costa atlântica oriental.

As primeiras explorações da Amazônia foram organizadas a partir do litoral controlado pelos portugueses e dos Andes nas mãos dos espanhóis. Os da Península Ibérica

viviam numa época de transição entre a Idade Média e a idade moderna, em plena emergência do Renascimento. Em um contexto de agravamento do conflito entre cristãos e muçulmanos, particularmente no reino de Castela, e o renascimento da ideia das Cruzadas, sua imaginação foi moldada por histórias bíblicas, romances de cavalaria e mitologia grega. Com essa bagagem econômica, cultural e social, os conquistadores exploraram o que descreveram como uma “região estranha” habitada por sociedades complexas (ver capítulo 8) que chamaram de “país das Amazonas” e incluía lugares como o País da Canela, El Dorado, Gran Paititi, Gran Mojo e até o Éden. Os recém-chegados foram guiados por três princípios: ouro, glória pessoal e evangelho (Velásquez Arango, 2012).

Este capítulo mostra o impacto inicial desses confrontos ideológicos, econômicos, sociais e culturais, bem como outras tendências geradas durante a era da conquista e colonização, muitas das quais duraram até o presente. Alguns processos que ocorreram entre os séculos XVI e XVIII foram: expedições que navegaram pelo grande rio Amazonas e sua bacia; rupturas e reconfigurações das relações entre os Andes e a Amazônia; expedições em busca de lugares e saberes míticos; impacto demográfico e cultural sobre as populações indígenas; estabelecimento de cidades, assentamentos missionários e instituições de domínio colonial; resistência e rebelião indígena; e, por último, mas não menos importante, a delimitação de fronteiras entre a Amazônia brasileira e a chamada Amazônia andina.

Os tópicos dentro de cada seção seguem uma ordem cronológica, cobrindo alguns eventos decisivos durante todo o período da conquista e colonização europeia das Américas.

9.2 Chegada dos espanhóis e portugueses: de Gaspar de Carvajal a Cristobal de Acuña e a origem do nome da Amazônia

A Amazônia deve seu nome às “amazonas” mencionadas nos relatos de Gaspar de Carvajal em 1541-1542. Na América, as primeiras crônicas de conquista correspondem a um gênero que “é parte história, parte ficção e parte descrição da geografia e da natureza [...] Nessa narrativa, o cronista é testemunha ou participante dos eventos que descreve” (Carrillo 1987: 27). A leitura de fontes do século XVI requer a compreensão da subjetividade dos conquistadores. Suas histórias dão conta dos interesses e da carga cultural que trouxeram do velho continente: a busca por especiarias valiosas do Extremo Oriente no País da Canela, El Dorado, El Paitite, El Enim ou El Gran Mojo, incluindo histórias que interpretam o que viram com base na mitologia grega.

Algumas tentativas de explorar a Amazônia ocorreram na década de 1530. Uma expedição partiu da costa atlântica, pelo Maranhão, liderada por Aires da Cunha em 1535. O outro saiu em 1538 em direção ao sopé leste e chegou ao rio Huallaga, uma nascente do Amazonas. O líder, Alonso de Mercadillo, enviou 25 cavaleiros para explorar o país. Liderados por Diogo Nunez, após 25 dias chegaram a uma terra cheia de povos indígenas com ornamentos de ouro. Eles lutaram contra esse povo e se mudaram para o território de um povo próspero e bem organizado chamado Machifalo ou Machiparo, cujas muitas aldeias ficavam no alto Amazonas (Hemming 1978: 184-185).

Após essas primeiras explorações, Francisco Pizarro nomeou seu irmão Gonzalo como governador de Quito. Lá, rumores sugeriam que o País da Canela ou El Dorado ficava ao leste, em direção ao interior daquelas terras. Gonzalo decidiu organizar uma expedição, conseguiu reunir 220 espanhóis e 4 mil indígenas, e também convocou Francisco de Orellana, que o alcançou no cruzamento de Napo e Aguarico. Tendo dizimado seus suprimentos, eles concordaram que Orellana, com 57 homens e o dominicano Gaspar de Carvajal, cronista da expedição, avançariam em busca de assentamentos para obter alimento para toda a expedição. Eles deveriam retornar em 3 ou 4 dias após a partida. Seja porque queria avançar para reclamar as terras que foram descobertas ou, como ele próprio afirmou no julgamento que se seguiu em Espanha, acusado por Gonzalo de traição (da qual foi exonerado), sendo incapaz de regressar contra a corrente e estando preocupado em enfrentar o perigo de motim das pessoas que o acompanhavam, Orellana decidiu continuar rio abaixo, ao longo do rio Napo, até encontrarem um grande

rio pelo qual continuaram a navegar durante vários meses até chegarem ao seu estuário no oceano (Carvajal [1541-1542] 2007).

Gaspar de Carvajal descreveu que, tendo sido atacados por povos indígenas, incluindo algumas mulheres guerreiras, eles levaram uma prisioneira, que deu informações sobre uma grande cidade composta exclusivamente por mulheres que viviam em mais de 70 aldeias, lideradas por uma chamada Coroní. O cronista as retratou como muito branca e altas, com cabelos longos, trançados e despenteados na cabeça, “muito grossos e andam nuas em peles cobertas de vergonha, com arcos e flechas nas mãos, travando tanta guerra quanto dez índios” (Carvajal [1541-1542] 2007: 22). Elas foram chamadas de Amazonas. A conexão do termo com o grande rio demorou um pouco mais. Mesmo após sua chegada ao Oceano Atlântico, foi chamado de Marañon e, a partir de então, como *Rio Orellana*. Só mais tarde recebeu o nome de Amazônia (Carvajal [1541-1542] 2007). A “descoberta” foi de tal importância que apenas dois anos depois, Sebastiano Caboto incluiu o rio e o mito das Amazonas em um Planisfério que foi publicado em Veneza em 1544 (Figura 9.1).

Quase um século depois, entre 1637 e 1639, Pedro de Teixeira partiu do Pará, chegou a Quito e fez a rota de retorno acompanhado pelo jesuíta Cristóbal de Acuña, que escreveu a crônica de uma nova descoberta do rio Amazonas. Ratificou a narrativa de Carvajal sobre as mulheres guerreiras, consolidando assim o nome do grande rio (Carvajal, Rojas y Acuña 1941:265-266).

As crônicas de Carvajal e Acuña ilustram a diversidade de povos e línguas encontradas e a grande população e abundância em que os indígenas amazônicos viviam. No entanto, entre as expedições Orellana-Carvajal e Teixeira de Acuña, as populações de Omagua foram quase extintas, bem como outras populações do estuário do rio Amazonas (Carvajal, Rojas y Acuña 1941:111).

Por que essa região coletou um número tão grande de mitos, mais do que outros nas Américas? (Pizarro 2009: 13-81). Alguns autores citados neste capítulo apontam a semelhança geográfica da região com histórias bíblicas, escritos gregos e romances de cavalaria, que se referiam ao Éden, lugares de ouro, grande riqueza e seres estranhos que, com a disseminação da imprensa, circularam na Península Ibérica com selo de veracidade. No entanto, devido à sua permanência no tempo, um aspecto deve ser destacado: a Amazônia também se tornou uma expressão privilegiada da noção de fronteiras no sentido do “desconhecido” e do “outro”, daquilo que vai além de um centro



Figura 9.1 Detalhe de um mapa-múndi mostrando a Amazônia, 1544. Fonte: Cabot (c.1544).

“civilizado”, fonte inesgotável de mitos (Velásquez Arango 2012).

9.3 Relações milenares e mais recentes entre os Andes e a Amazônia

As montanhas e planícies sul-americanas foram ligadas ao longo do tempo de diferentes maneiras. Evidências crescentes sustentam que sua suposta divisão, associada a questões geográficas, climáticas, paisagísticas e culturais, tem sido um mito (Pearce *et al.*, 2020). Muito antes da conquista espanhola, os povos indígenas que habitavam o chamado *pedemonte* ou sopé eram fundamentais nesse sentido. Eles eram intermediários entre as montanhas e a planície da selva, mobilizando conhecimentos, mitos e centenas de produtos através desses vastos territórios.

Para os Incas, a Amazônia era o *Antisuyu*. Vários grupos daquela região foram assimilados por eles (ora com força, ora voluntariamente), antes da chegada dos espanhóis. Em alguns lugares, sua influência durou e, por causa disso e de relações anteriores, os espanhóis encontraram muitos “povos indígenas andinos” no sopé das colinas. No entanto, as evidências dessa expansão e seu escopo territorial preciso são controversas e continuam a provocar debates e pesquisas (Moore 2016).

Com a conquista e os processos subsequentes de despoamento e resistência, parte dessa conectividade foi perdida. Eventualmente, essa aparente desconexão levou, entre outras coisas, à ideia de que as planícies e os planaltos eram territórios claramente separados. Uma fronteira imaginária foi construída entre “civilização” e “selvageria” ou “barbárie”. Fronteiras administrativas de municípios e províncias foram estabelecidas até as chamadas fronteiras orientais, embora na prática fossem altamente permeáveis. Durante a colonização europeia, produtos como a coca, essenciais nas operações de mineração, fluíam amplamente de leste a oeste. O sopé nunca foi uma barreira, mas um espaço elástico de encontro de troca material e simbólica, um lugar de transição cujo significado era complexo e evolutivo, um lugar de fuga ou de confinamento, sempre um refúgio (Saignes 1981; Renard-Casevitz, Saignes e Taylor 1988).

Mitos como as Amazonas, o Paitita, o Enim ou o El Dorado contribuíram para a construção de um território desconhecido e hostil além da fronteira, mas que também era atraente; o Paitita desencadeou muitas expedições espanholas em direção às encostas andino-amazônicas.

Como seus predecessores incas, os conquistadores encontraram forte resistência à sua expansão nos contrafortes e planícies. Segundo Saignes (1981:175), “o fracasso espanhol em se instalar no sopé se deve tanto pela falta de grandes jazidas minerais quanto à impossibilidade de exploração da força de trabalho indígena”. Eles também encontraram um tipo diferente de natureza, menos domesticada e familiar.

Uma ilustração de como as relações entre as montanhas e as planícies foram retratadas aparece em um mapa possivelmente desenhado pelo religioso Hernando de la Cruz a partir de um esboço do piloto português Benito de Acosta, apresentado por Cristóbal de Acuña em 1640 (Burgos Guevara 2005) (no catálogo da Biblioteca Nacional da Espanha, é atribuído a Martín de Saavedra e Guzmán e datado de 1639) (Figura 9.2). Nesse mapa, um dos primeiros do rio Amazonas, a conexão entre as geleiras andinas e o Oceano Atlântico parece ser articulada pelo rio. O mesmo se observa no mapa do acadêmico francês Charles Marie de la Condamine em 1743, após sua viagem científica pelo rio com o crioulo Pedro Vicente Maldonado (Figura 9.3). Em ambas as cartografias, o rio e as planícies foram desenhados em relação às montanhas.

A água determinou as principais rotas para as explorações iniciais de soldados em busca de ouro, depois de missionários e, finalmente, de aventureiros em busca de tesouros, incluindo minerais e produtos naturais (Capítulo 12).

9.4 Mais explorações da Amazônia

As explorações da Amazônia realizadas pelos europeus, a maioria com o apoio dos povos indígenas, combinavam ganância e curiosidade. Os primeiros séculos de conquista e colonização testemunharam incursões de exploradores vestidos de soldados, missionários, cientistas ou aventureiros “empreendedores”, como os *bandeirantes*. Suas motivações incluíam o controle e a posse de territórios, a apropriação de ouro e plantas como a canela, a escravidão e o estabelecimento de assentamentos. Ao longo do tempo, os interesses missionários e científicos aumentaram em torno da cartografia, geografia, história natural e etnografia, patrocinados ou endossados por interesses comerciais. Todos esses interesses permanecem até hoje, por exemplo, na prospecção de minerais e petróleo, na bioprospecção de plantas úteis ou em pesquisas sobre ecologia, biologia, hidrografia, mudanças climáticas e etnografia.

Figura 9.2 Map Mapa da Amazônia, 1640.
Fonte: Saavedra y Guzmán (1639).



Capítulo 9: Povos da Amazônia e Colonização Europeia (Séculos XVI - XVIII)

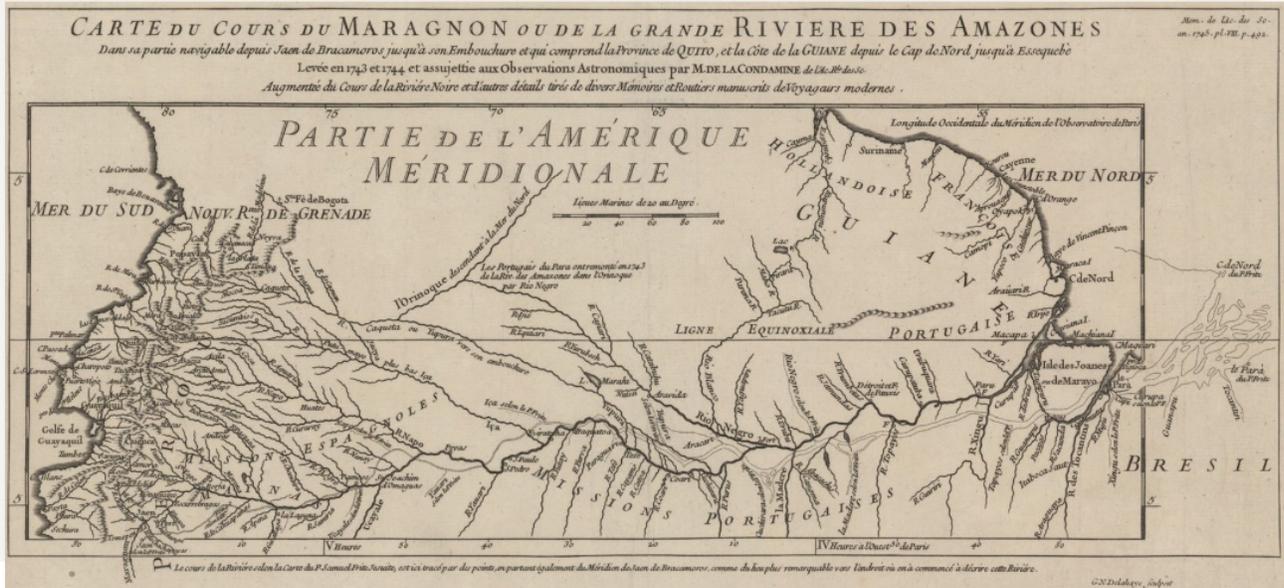


Figura 9.3 Mapa da Amazônia, 1745. Fonte: Condamine (1745).

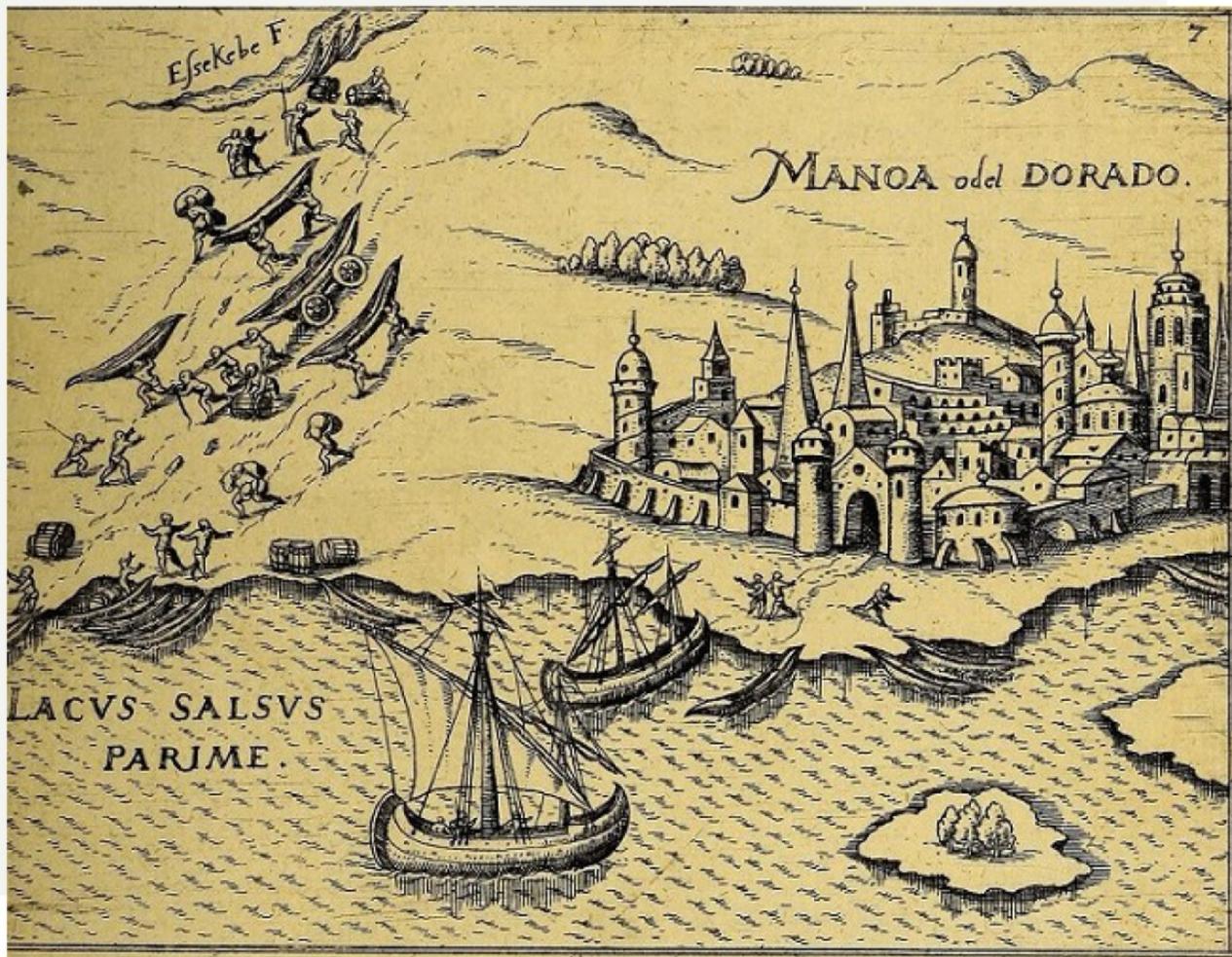


Figura 9.4 A cidade de Manoa ou El Dorado às margens do Lago Parime. Fonte: Raleigh (1848).

Os reinos de Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Holanda disputavam a apropriação e o controle do território. No século XVI, os espanhóis organizaram expedições de Quito, o local nos Andes mais próximo da planície, usando rotas tradicionais que facilitaram intercâmbios intensivos entre as terras altas e baixas por milênios (Burgos Guevara 2005). Os portugueses, por outro lado, navegaram "rio acima", enquanto os ingleses, franceses e holandeses entraram principalmente via as Guianas e o Suriname atuais.

Os primeiros viajantes foram fundamentais na geração de mitos que aludiam aos perigos e à riqueza da Amazônia. Entre os mais famosos estavam uma cidade de ouro (El Dorado), um País de Canela e um território de mulheres guerreiras que eles chamavam de Amazonas. Eles também espalharam a ideia de uma cidade ou lugar chamado Paitite, onde a nobreza inca teria se refugiado após a conquista. Esse lugar ainda flui entre a imaginação e a realidade (Tyuleneva 2003). Às vezes era confundido com o mito do fabuloso império dos Enim. Os mitos eram alimentados por histórias como as do aventureiro espanhol Pedro Bohórquez, que supostamente chegou à capital do Enim em 1635 e se encontrou com seu soberano no palácio real. Durante a década de 1680, o missionário Manuel Biedma fundou três missões que forneceram a infraestrutura necessária para a exploração do alto rio Ucayali, onde esse reino deveria estar localizado (Santos 1992: 138).

O fantástico convivía com o possível, sempre com a certeza de que a Amazônia tinha potencial para atividades extrativistas. O rio também foi considerado a fronteira entre a ilha da Guiana ao norte e a ilha do Brasil ao sul, com a ilha do limite sul do Rio da Prata (Ibáñez Bonillo 2015).

Uma expedição em busca do País da Canela foi liderada por Gonzalo Díaz de Pineda, que deixou Quito em 1538. Eles só alcançaram o sopé das colinas. Pouco depois, ocorreu a expedição de Francisco de Orellana. Narrada por Gaspar de Carvajal, sua crônica foi crucial para a construção de imagens dos habitantes das matas, entre elas a lenda das mulheres guerreiras. El Dorado apareceu em narrativas da década de 1530 (Langer 1997). Sua suposta existência levou os exploradores a vários lugares: as montanhas da atual Colômbia, Equador e Peru; a Amazônia; e locais na América Central e do Norte. O El Dorado era um mito ancestral indígena ou foi criado para zombar, confundir ou se livrar dos opressores? Existia apenas na imaginação dos europeus, para acomodar e justificar seus desejos e expedições? A resposta talvez esteja em um amálgama dessas e de outras possibilidades. O que podemos ter certeza é que os europeus nomearam o lugar com palavras familiarizadas com seu simbolismo e sua ambição pelo ouro. Uma das narrativas mais conhecidas a este respeito remonta ao século XVI. Walter Raleigh, que entrou pela Guiana atual em 1595, escreveu um relato de um vasto, rico e belo império, cuja capital, Manoa, era El Do-

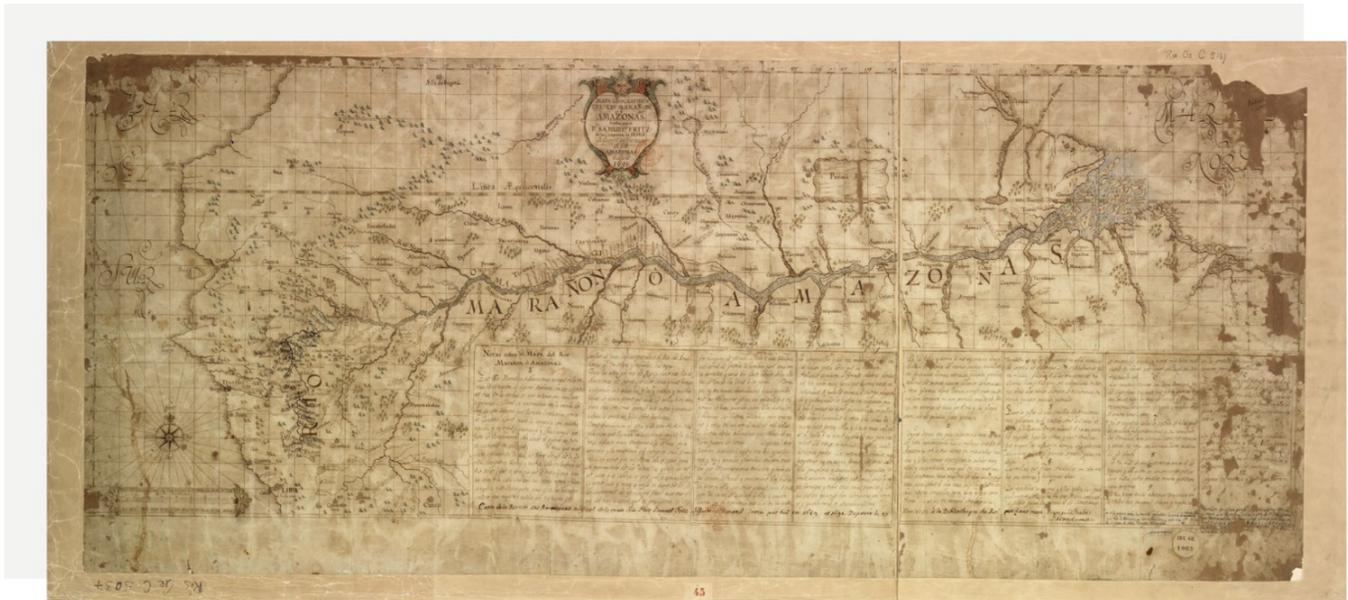


Figura 9.5 O Rio Amazonas, 1691. Fonte: Fritz (1691).

rado (Figura 9.4). Seu conto continha ingredientes fantásticos para estimular a imaginação e a ganância da Inglaterra, entre outras coisas, alegando que era um continente isolado do resto da América (Raleigh 1848).

Durante a segunda metade do século XVI, várias expedições espanholas partiram de Cusco e Assunção em busca do Reino de Paitite ou Mojos. De Cusco, chegaram à região de Madre de Dios e ao rio Beni e relataram numerosos povos indígenas que viviam no sopé das colinas, a quem chamavam genericamente de *chunchos*. Aqueles que saíram de Assunção fundaram lugares como Santa Cruz de la Sierra em 1561, e foram para a terra dos índios Mojos, na bacia alta e média do rio Mamoré, sem encontrar a riqueza que procuravam. Uma expedição bem conhecida da época, por causa de suas circunstâncias dramáticas cercadas de traição e assassinatos, foi a de Lope de Aguirre.

A partir de 1640, as expedições incluíram novos objetivos e atividades, incluindo propósitos missionários (Saignes 1981). Diversos grupos religiosos, especialmente os jesuítas e franciscanos, incorporaram a cartografia e a história natural em suas atividades, ajudando a difundir a ideia de um mundo maravilhoso e fornecendo instrumentos para seu controle (Chauca 2019). Em 1741, o jesuíta espanhol Joseph Gumilla publicou o livro *El Orinoco Ilustrado*, descrevendo a preparação do veneno *curare* e contando relatos dos povos amazônicos e da natureza. Quando o acadêmico francês Charles Marie de la Condamine percorreu o rio com o Riobambeño Pedro Vicente Maldonado, em 1743, ele acabou conhecendo o suíço Joannes Magnin, cartógrafo e etnógrafo encarregado das missões de Maynas, que lhe deu cópias de seus mapas (Condamine [1738] 1986). O acadêmico também acessou pelo menos um mapa do tcheco-alemão Samuel Fritz (Figura 9.5), que viveu na região no final do século XVII e início do XVIII (Almeida 2003). Ele levou esses mapas para a Europa e os usou para aperfeiçoar seus próprios desenhos. Pedro Maldonado contribuiu para o conhecimento da Amazônia através de seu belo mapa da Real Audiência de Quito e suas palestras sobre o veneno chamado *curare*, uma mistura de vários ingredientes, na Académie Royale des Sciences, em Paris, em 1747, e na Royal Society, em 1748.

Uma narrativa singular e inusitada da jornada amazônica foi a da Riobambeña Isabel Godin des Odonais. Em 1750, seu marido francês Jean Godin des Odonais, sobrinho do acadêmico Louis Godin, chegou a Quito como parte da Missão Geodésica junto com La Condamine e outros acadêmicos. Ele viajou para Caiena sem a esposa e não podia, ou não queria, voltar para Riobamba (atual Equador). Mais de 20 anos depois, partiu para Caiena, atravessando

a Amazônia, e teve uma jornada perigosa e dramática em que seus companheiros morreram, deixando-a sozinha. À beira da morte, ela foi ajudada por dois indígenas. Vendo-a sozinha e perdida em uma margem de rio, eles a ajudaram a embarcar em uma canoa, deram-lhe toda a atenção necessária para se curar e a levaram para Andoas, de onde Isabel pôde continuar. Essa aventura, narrada na Amazônia, em Caiena e nos salões de Paris por Isabel e seu marido (Godin des Odonais [1773] 1827), espalhou-se pelo mundo e contribuiu para o mito de um território perigoso.

Uma expedição geopoliticamente relevante em meados do século XVIII foi a demarcação do Tratado de Madri (veja a próxima seção). Em 1754, a coroa espanhola enviou uma comissão sob José de Iturriaga com oficiais, médicos, cartógrafos, astrônomos, capelães, cirurgiões, soldados e um grupo de naturalistas liderados pelo sueco Pehr Löfving.

Entre os exploradores científicos da Amazônia, dois que se destacam são o prussiano Alexander von Humboldt e o francês Aimé Bonpland. Confirmaram a veracidade da imaginária “ilha do Brasil”, ao verificarem que o canal de Casiquiare une o Rio Negro ao Rio Orinoco (Figura 9.6). Eles também fizeram novas observações sobre a fauna e a flora amazônicas, como as enguias elétricas, nas quais experimentos foram realizados (Figura 9.7) (Humboldt e Bonpland 1811-1833).

Para os europeus, a Amazônia sempre representou um território exótico com inúmeras riquezas desconhecidas, promovendo todos os tipos de mitos. Os primeiros ataques buscaram, com a força da espada, de tudo, desde metais preciosos a escravos. Eles estabeleceram as primeiras narrativas sobre um espaço que poderia ser cruel, embora tivesse suas recompensas. Os missionários tornaram-se fundamentais para a circulação do conhecimento e o controle territorial, sendo os protagonistas na abertura de cursos d'água, no desenho de mapas e nas observações etnográficas e de história natural. Eles foram seguidos por naturalistas motivados por curiosidade e interesses econômicos, patrocinados direta ou indiretamente pela fome por territórios ultramarinos e matérias-primas. Ocasionalmente, esses atores refutavam ou esclareciam mitos, mas sempre construíam novos desafios para a curiosidade científica, mantendo o fascínio por um território rico em possibilidades e riscos. Essas visões fantásticas de um lugar que contém riqueza e conhecimentos sobre o mundo material e cultural ainda estão muito vivas.

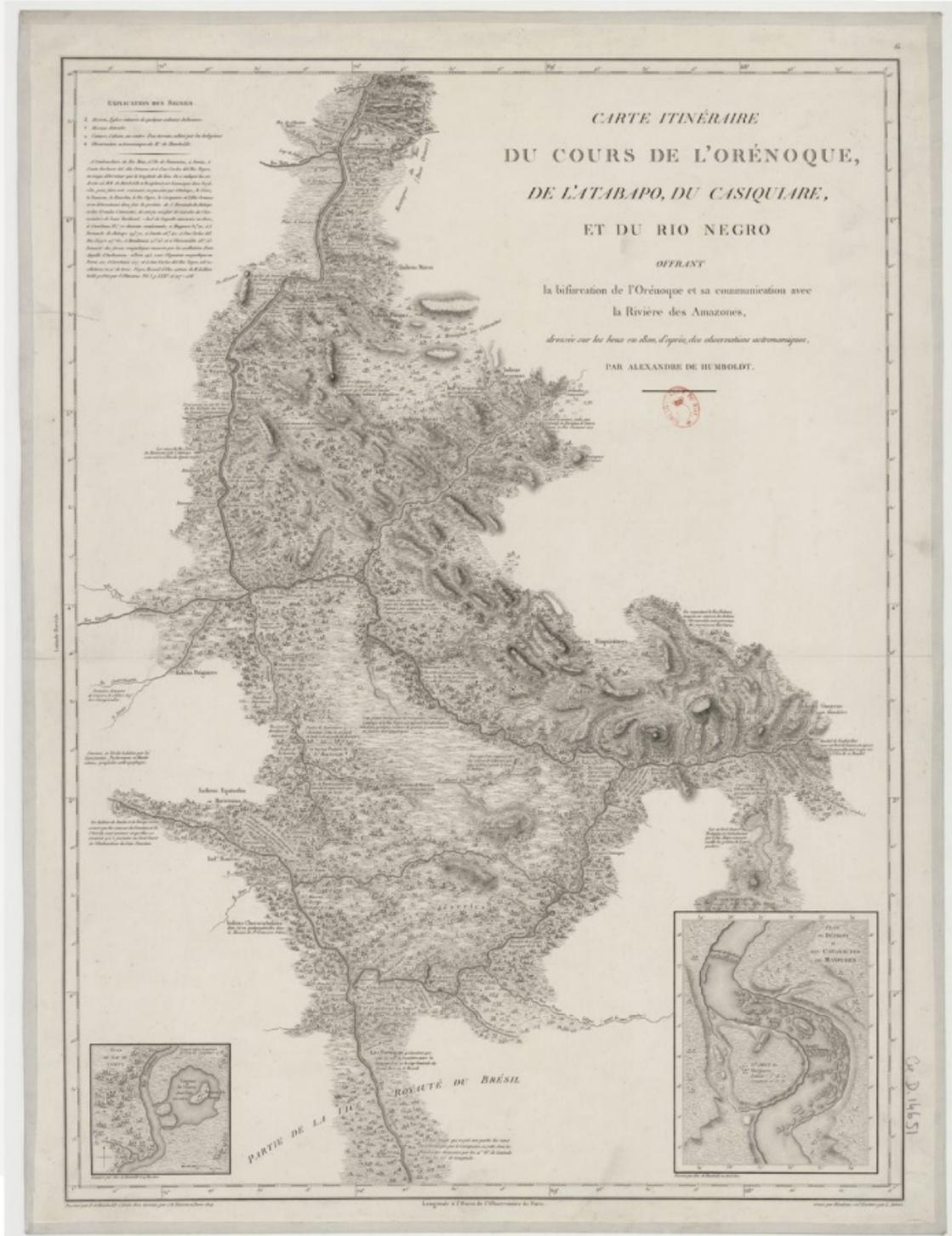


Figura 9.6 Orinoco, Atabajo, Casiquiare e Rio Negro, 1800.

9.5 Conflitos entre os Reinos de Espanha e Portugal

O confronto lusitano-hispânico é quase tão antigo quanto a chegada dos europeus à América. Enquanto a Bula Inter Caetera do Papa Alexandre VI, emitida em 1493, doou os territórios americanos aos Reis Católicos, em troca da disseminação do catolicismo entre “suas” populações nativas, o Tratado de Tordesilhas (1494) deu à coroa espanhola o controle sobre todo o continente, exceto pelo Extremo Oriente, que permaneceu em mãos portuguesas (Figura 9.8). O acordo territorial não garantiu o domínio sobre a maior parte da Amazônia, muito menos seus habitantes (Herzog 2015a: 17-37), mas sem dúvida lançou as bases para o que acabaria sendo a configuração atual da região e, por extensão, a maior parte da América do Sul.

A absoluta falta de conhecimento dos territórios atravessados pela linha de demarcação imaginária fez com que o Tratado de Tordesilhas não fosse de fácil aplicação. Ambas as coroas prometeram respeitar essa delimitação, mas as ferramentas que cada império usou em seu processo de penetração e os obstáculos que cada um enfrentou explicam as diferenças em seu sucesso expansivo. Enquanto os portugueses apoiavam amplamente a ocupação da Amazônia, os espanhóis governavam como se as fronteiras tropicais fossem inúteis (Lucena 1991: 7). As forças portuguesas que avançavam incluíam soldados e tropas de resgate, nativos aliados, missionários e comerciantes privados, enquanto as dos espanhóis consistiam principalmente em missionários e, em menor grau, soldados. Assim, onde a principal instituição de fronteira em um reino era militar, no outro ela tinha um caráter evangelístico. Além disso, as incursões dos espanhóis na Amazônia foram de curta duração e sem continuidade ao longo do tempo, não conseguindo, portanto, consolidar uma presença permanente. Simultaneamente, os lusitanos fizeram avanços ininterruptos de seus assentamentos costeiros para o oeste, subindo o grande rio e seus afluentes além da linha acordada no tratado, fortalecendo sua presença na planície tropical (Zárate Botía 2001: 236-240).

Os portugueses aproveitaram a união dinástica das duas coroas ibéricas, entre 1580 e 1640, para empurrar as suas conquistas muito para oeste (Hemming 1978: 229). Usando um projeto militar, religioso e administrativo para a Bacia, eles lançaram “as bases para a integração e colonização efetiva do imenso território amazônico” (Santos Pérez 2019: 45). Agentes de ambos os reinos difundiram as línguas portuguesa e espanhola e impuseram práticas europeias (culturais, comerciais, legais, espirituais) que garantiriam a colonização; aprofundaremos isso mais adiante. Foi nesse contexto que ocorreu a expedição

de Pedro Teixeira em 1637-1639. Sua viagem pelo rio Amazonas até Quito buscou integrar o espaço dominado por ambas as coroas, reconhecer o território e as populações indígenas e confrontar as tentativas de ocupação inglesa, francesa e holandesa do norte (Hemming 1978: 213, 223-237). De qualquer forma, os conflitos fronteiriços foram retomados quase imediatamente após a separação da chamada “União Ibérica”, em meados do século XVII.

Os limites entre as possessões portuguesas e hispânicas ainda estavam longe de serem definidos no início do século XVIII. Os conflitos fronteiriços se intensificaram entre as duas coroas. A dinastia que assumiu o trono lusitano fortaleceu o modelo que vigorava desde o século anterior para garantir uma vasta presença de seus diversos agentes coloniais na Amazônia. Nas décadas seguintes, mais fortificações foram construídas nos flancos noroeste e sudoeste da fronteira com os espanhóis. Além disso, a exploração por ordens religiosas foi incentivada até os rios amazônicos até convergirem nos territórios que, por sua vez, eram ocupados por missões de seus homólogos sob jurisdição espanhola. Além disso, o avanço da fronteira agrícola exigia o trabalho de indígenas capturados por tropas de resgate e particulares com (e sem) uma licença real (Hemming 1978: 217-282, 416-451; Purpura 2006). Essa política expansionista resultou no aumento de disputas *in situ* ou diplomáticas (Herzog 2015a) entre estado, clero e agentes militares; comerciantes; e indígenas, particularmente nas áreas dos rios Guaporé, Mamoré, Marañón e Napo (Lehm Ardaya 1992; Avellaneda 2016; Lopes de Carvalho 2011). Os alcances das expedições de resgate de Teixeira e outros levaram os lusitanos a colocar a fronteira ocidental com os espanhóis na foz do rio Yavarí (Hemming 1978: 275; Santos-Granero 1992: 168).

Em meados do século XVIII, a pressão para acabar com disputas de longa data tornou a demarcação de fronteiras entre as duas coroas uma questão urgente. O Tratado de Madri (1750) foi aprovado após várias negociações em que cada parte forneceu mapas, documentos e relatórios para apoiar seus argumentos (Ferreira 2007; Martín-Merás 2007). Esse acordo modificou a linha de demarcação ambígua estabelecida três séculos antes para outra igualmente imprecisa; embora o tratado defendesse os limites físicos dos grandes afluentes do rio Amazonas, como o Yavarí, Yurúa, Purús, Guaporé e Madeira, suas bacias hidrográficas eram praticamente, se não totalmente, desconhecidas. Portanto, as fronteiras desenhadas que ligavam esses acidentes naturais mais ou menos conhecidos eram virtuais. O tratado, no entanto, teve vida curta, pois foi an-

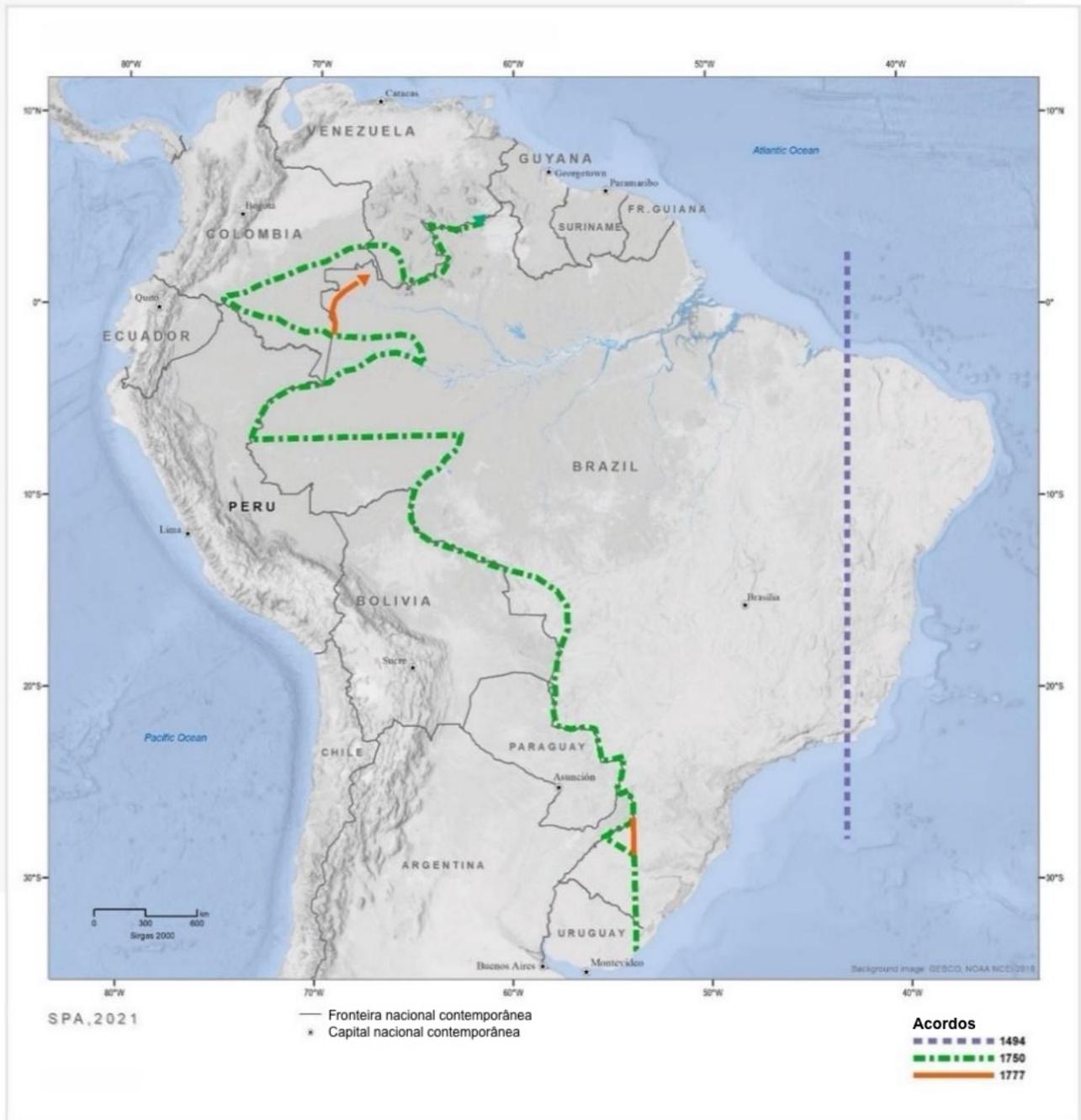


Figura 9.8 Acordos de fronteira entre Espanha e Portugal. Fonte: Elaboração própria de Roux (2001).

mero de trabalhadores, logística e controle de suprimentos e provisões, subordinaria os primeiros aos interesses dos últimos. Essa situação acabou levando à legitimação do domínio português sobre muitas das áreas disputadas

(Lucena 1991; 1999; Zárte Botía 2001: 250-255). As negociações e o trabalho de delimitação dessas comissões foram substancialmente responsáveis pela atual configuração da Amazônia, “delineando e criando uma fronteira

imperial que não existia até então e dando forma ao que é conhecido como Amazônia Andina ou Amazônia Superiora e Amazônia Brasileira” (Zárate Botía 2012: 29).

9.6 Despovoamento: O impacto da conquista e colonização sobre os povos indígenas

Conforme mencionado no Capítulo 8, a perda demográfica das populações indígenas estimada nos primeiros 100 anos de conquista e colonização da Amazônia chegou a 95% (Koch *et al.*, 2019). A alta vulnerabilidade desses povos ao contato interétnico continua até os dias atuais devido à rápida disseminação de doenças e à queda nas taxas de fertilidade (Morán 1993). Na década de 1950, os antropólogos se preocupavam com a demografia das populações indígenas no Brasil. Ribeiro (1956) e Wagley (1951) observaram que o contato com povos não indígenas levou a catástrofes demográficas, em muitos casos até ao etnocídio. Entre 1900 e 1957, 87 etnias foram extintas apenas no Brasil (Ribeiro 1967). Atualmente, os povos indígenas em contato inicial ou em isolamento voluntário enfrentam o risco de desaparecer devido às mesmas causas.

A análise da evolução demográfica das populações amazônicas nos séculos XVI a XVII baseia-se em dados coletados em resposta a vários critérios e posições sobre o potencial dos ecossistemas e da força de trabalho. Também se baseia em estimativas de cronistas e missionários feitas mediante observação direta ou por transmissão de seus informantes. Em contraste, o registro de dados missionários para fins administrativos e de evangelização era relativamente mais sistemático no século XVIII.

De acordo com evidências arqueológicas (Capítulo 8), as densidades demográficas pré-colonização das populações indígenas eram maiores do que as atuais. Esses achados levaram a tentativas de estimar, de alguma forma, as perdas demográficas causadas pelo contato com agentes ibéricos durante séculos de conquista e colonização. Um dos primeiros pesquisadores a relacionar vestígios arqueológicos e perdas demográficas durante o primeiro século de contato foi William Denevan (1980). Em sua opinião, as estimativas feitas antes de 1950 e com base em fontes da segunda metade do século XVII subestimaram as populações indígenas na Amazônia (Steward 1948), pois a essa altura os povos indígenas já haviam sofrido o ataque de doenças e epidemias como resultado do contato. Além disso, os estudiosos extrapolaram esses dados para toda a Amazônia, mas Denevan apontou que a distribuição demográfica era muito desigual, com áreas com densidades bem altas nas margens dos grandes rios

(várzea), na costa do estuário no Atlântico e nas baixas savanas. No entanto, novas descobertas arqueológicas indicam a existência de muitas outras regiões que devem ter tido altas densidades populacionais. Em todos os casos, estima-se que as populações indígenas antes do contato eram bem maiores do que hoje (Denevan 1980). O despovoamento implicou processos de desarticulação étnica que acentuaram a vulnerabilidade dos povos indígenas, forçando-os, em muitos casos, a buscar refúgio e até mesmo solicitar a presença de missionários e o estabelecimento de reduções em seus territórios (Lehm, 1999; 2016).

Como discutido no início deste capítulo, os primeiros cronistas, como Gaspar de Carvajal, observaram inúmeras populações indígenas governadas por sistemas organizacionais complexos e desfrutando de produtos e recursos em abundância. Um século depois, Cristóbal de Acuña já foi responsável pelo desaparecimento de povos indígenas outrora populosos, como aqueles que viviam no estuário do Amazonas, nas regiões do Atlântico e Omagua (Carvajal [1541-1542] 2007; Carvajal, Rojas y Acuña 1941:111). Compreender o período chocante de conquista em um nível demográfico exige uma maior ênfase no estudo das fontes do século XVI.

Informações demográficas mais sistemáticas estão disponíveis para a segunda metade do século XVII, porque era do interesse dos missionários e da coroa espanhola manter registros relativamente detalhados sobre a dinâmica demográfica. Da mesma forma, nas regiões do Pará e Maranhão (Brasil), as epidemias foram documentadas pela preocupação com a perda de trabalho indígena e escravo. Há diversas referências a perdas demográficas em razão da disseminação de doenças, facilitada pela concentração de populações indígenas em missões, bem como aos danos causados pelo deslocamento. Foram realizadas incursões para capturar populações indígenas e subjugar-las a regimes de trabalho e sistemas de vida contrários às suas próprias tradições.

Em algumas missões jesuítas e franciscanas (Tabela 9.1, Figuras 9.9 e 9.10), o aumento inicial da população resultante do recrutamento indígena levou posteriormente a declínios demográficos progressivos na segunda metade do século XVIII. Eles se recuperaram de forma ligeira e constante até o boom da borracha do final do século XIX. As populações indígenas nunca se recuperariam totalmente do impacto da conquista e colonização.

Os povos indígenas localizados na região subandina foram os mais afetados, devido à sua proximidade com as

Tabela 9.1 Relatórios censitários de Maynas. Fonte: Golob (1982:193), em: Santos (1992: 186).

Year	Number of Indigenous peoples	Number of missions	Population average per mission
1719	7,966	28	284
1727	5,942	22	270
1740	11,036	32	313
1745	12,909	41	307
1760	12,229	34	359
1767	19,234	36	534

idades espanholas. À medida que o domínio colonial se expandia, o mesmo acontecia com as doenças trazidas pelos europeus (varíola, sarampo e gripe), contra as quais as populações nativas não tinham defesas biológicas. Os povos Panatahua e Payanzo das Conversões Franciscanas de Huánuco, no Peru, diminuíram de 10.000 habitantes em 1644 para apenas 300 em 1713 (Santos-Granero 1992: 184). Sua identidade étnica amazônica desapareceria à medida que foram se tornando subsumidos à população andina. Como observado, o desaparecimento de muitos povos indígenas do sopé oriental causou fraturas nas relações entre os Andes e a Amazônia e alimentou a ideia de uma “fronteira natural” e um “grande vazio amazônico”.

Os conquistadores ibéricos utilizaram os grandes rios para adentrar a Amazônia, espalhando doenças entre as inúmeras populações indígenas que viviam ali. A população concentrava-se em missões, criando as condições para a disseminação de doenças, como no caso da região de Maynas. Os povos indígenas sofreram perdas demográficas significativas e muitas nações desapareceram. Entre 1719 e 1767, a região foi devastada por três grandes epidemias que atingiram os povos Maina, Cocama, Cocamilla, Omagua, Yurimagua e Conibo, concentradas em missões ao longo dos rios Marañón, Huallaga, Ucayali e o alto Amazonas. As perdas demográficas foram extensas; por exemplo, a epidemia geral de varíola de 1680–1681 matou aproximadamente 85.000 pessoas. Dos 100 mil indivíduos concentrados nas missões de Maynas, apenas 15 mil sobreviveram (Santos-Granero, 1992: 189). O recrutamento contínuo de grupos independentes explica o aumento regular da população nas missões de Maynas; lá, os

jesuítas se beneficiaram das chamadas *correrias de índios* (ataques indígenas) nas regiões interfluviais para recrutar populações indígenas para a “segurança” das missões (Lehm 1992). Tanto nas missões de Maynas quanto nas Conversões de Huánuco, a população com menos de 5 anos foi a mais afetada; em algumas missões, durante um período de quatro anos, nenhuma criança sobreviveu até os 5 anos de idade (Santos-Granero 1992: 190).

A evolução demográfica de cinco missões Amuesha nas conversões franciscanas de Cerro de la Sal (Peru) (Figura 9.9) e vinte e seis missões jesuítas de Mojos mostram tendências semelhantes (Figura 9.10). O crescimento demográfico inicial deveu-se principalmente ao recrutamento, seguido por quedas demográficas que atingiram 50% em comparação com o pico e, finalmente, um processo de recuperação. Nas Conversões de Cerro de la Sal, os declínios demográficos ocorreram principalmente devido à disseminação de doenças e, como discutido posteriormente e por Santos-Granero (1992), levantes subsequentes. De 1710 a 1818, essas missões sofreram epidemias significativas; entre 1721 e 1723, a chamada peste negra afetou principalmente os Ashaninka, e entre 1736 e 1737 a gripe devastou os Yánesha e Ashaninka (Santos-Granero, 1993). Em Mojos, de acordo com Block (1994), os declínios demográficos foram devidos ao impacto da doença, baixas taxas de fertilidade provavelmente devido ao estresse de contato, práticas culturais como o infanticídio seletivo em detrimento de mulheres e gêmeos e invasões lusitanas. O tamanho da população permite destacar a importância das Missões de Mojos em comparação com as de Cerro de la Sal, e mesmo as de Maynas.

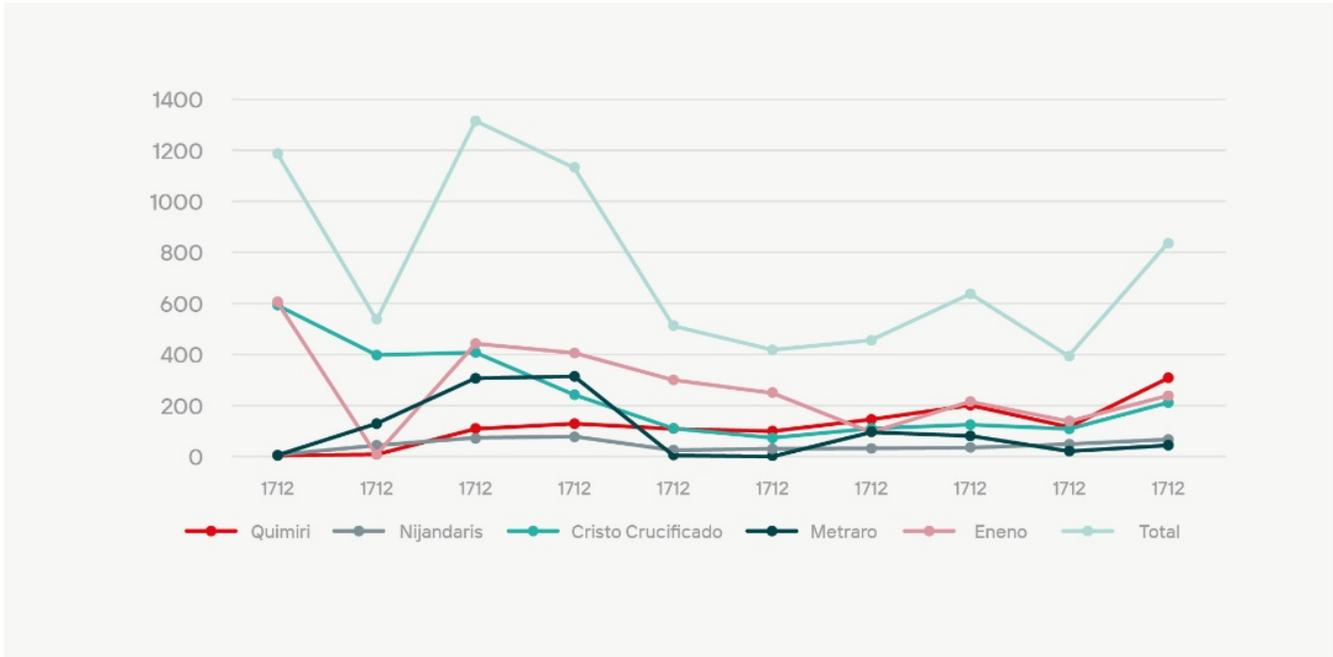


Figura 9.9 Evolução demográfica de Amuesha nas conversões de Cerro de la Sal, 1712-1762. Fonte: Santos (1992: 194).



Figura 9.10 Evolução demográfica das Missões Mojos, 1691-1832. Fonte: Barnadas (1985: LV).

As regiões do Pará e Maranhão também sofreram epidemias em 1661, 1695, 1724 e 1743-1749. A explosão da varíola de 1661 ocorreu no Pará; começou entre os colonos portugueses, afetando-os, seus escravos e as populações indígenas das aldeias do interior. Em 1695, um surto de varíola espalhado por um navio negreiro no Maranhão ficou conhecido como a “grande morte”, com mais de 5.000 vidas perdidas até o final do século. Entre 1724 e 1725, uma nova epidemia causou um grande número de mortes. Mais de 1.000 escravos morreram, particularmente povos indígenas. A causa foi uma visita do bispo do Maranhão e do Pará. Os primeiros casos apareceram entre aqueles que viajavam na canoa que os transportava e, ao longo de sua jornada, deixaram os indígenas doentes nas aldeias que visitaram. Muitos indígenas fugiram para o interior em busca de refúgio, levando a doença com eles para regiões onde a magnitude de seu impacto nunca será conhecida. Entre 1743 e 1749, foram registrados surtos epidêmicos de varíola e sarampo no Pará e em todos os seus distritos. Em 1750, as mortes conhecidas por este longo período de epidemias atingiram 18.377, das quais 7.600 eram residentes de Belém e do resto das aldeias indígenas sujeitas a ordens religiosas (Chambouleyron *et al.*, 2011).

Na Amazônia portuguesa, as perdas demográficas devido a epidemias resultaram em autorizações reais para “extrair” pessoas livres da floresta para substituir as perdas de força de trabalho nas cidades e áreas agrícolas dos colonos. Da mesma forma, declínios decorrentes de epidemias resultaram na intensificação do tráfico de escravos da África para o Pará e Maranhão. A primeira rota de escravos para esta região se desenvolveu entre meados dos anos 1690 e meados dos anos 1700. A partir de 1690, as perdas sofridas em decorrência das epidemias levaram ao recrutamento de pessoas para servirem como soldados, principalmente das regiões do interior da Bacia do Rio Madeira (Chambouleyron *et al.*, 2011).

Expedições e Comissões de Fronteira resultaram em novos declínios demográficos devido a confrontos com os povos indígenas e à disseminação de doenças. Durante a primeira metade do século XVIII, o confronto entre os portugueses e Manao causou a morte de mais de 20.000 destes últimos. Na segunda metade do século, eles foram dizimados. No entanto, alguns sobreviventes se juntaram aos Mura, apresentando a maior resistência às Comissões de Fronteira (Zárate, 2014).

Em síntese, houve dois grandes períodos para análise demográfica; primeiro, a chegada dos conquistadores, cujas referências são qualitativas e pouco precisas; e segundo,

o período colonial, cujos dados se baseiam principalmente em registros de missões mais detalhados, mas com dados limitados sobre outras áreas. Os relatórios das autoridades portuguesas, com sede em Belém e Maranhão, são fontes adicionais.

9.7 Controle colonial e dominação através do assentamento de populações europeias

Nos séculos XVI-XVIII, a Amazônia tornou-se um campo aberto para diferentes agentes que entraram na região para explorar seus recursos naturais, minerais e humanos; para estabelecer assentamentos, incluindo centros urbanos e missões; e para evangelizar seus habitantes em nome da unidade da fé cristã (García Jordán 1999). Durante esse período, os espaços não cultivados eram vistos pelos europeus como desocupados, ou fisicamente abandonados, abertos e disponíveis para ocupação, apesar da presença de povos indígenas (Herzog 2015b). Consequentemente, eles acreditavam que, ao estabelecer uma população e atividade econômica, a terra era controlada e, portanto, sob o domínio colonial.

Como descrito acima, as primeiras explorações foram feitas principalmente por espanhóis em busca de riquezas míticas. A Coroa espanhola delegou a conquista a cidadãos particulares, prometendo títulos e concessões àqueles que tiveram sucesso. Essas chamadas *huestes indianas* tinham um caráter eminentemente militar e seu objetivo era descobrir novos territórios, identificar seus recursos, fazer contato com a população nativa e estabelecer centros urbanos (Useche 1987; Renard-Casevitz, Saignes e Taylor, 1988: 124-179, 233-293).

A instituição mais importante introduzida pela monarquia espanhola para garantir o controle foi a *encomienda*, um processo pelo qual a Coroa dava populações indígenas dentro de um território específico a indivíduos que se destacaram no serviço militar. Os *encomenderos* não tinham direitos sobre a terra, mas sim sobre as populações, reagrupados em novos assentamentos, doutrinados na fé cristã e transformados em vassallos para serem usados como mão de obra. Embora a *encomienda* tivesse maior presença em áreas costeiras e de terras altas, também se espalhou para o sopé da Amazônia, especialmente para o Equador (Renard-Casevitz, Saignes e Taylor, 1988: 233-293; Santos 1992:81-106, 157-163). A falta de regulamentação levou à violência desenfreada e ao abuso por parte dos *encomenderos*. A publicação da Bula *Sublimis Deus*, afirmando que os povos indígenas tinham o direito de serem tratados como qualquer outro vassallo dos príncipes cristãos, provocou uma mudança na legislação,

incluindo a proibição de herdar pessoas. Essa instituição desapareceu lentamente com a morte dos *encomenderos*, deixando os nativos sob a tutela da Coroa (Peñate 1984). No entanto, Taylor (1999: 214) aponta que os títulos e privilégios que os acompanharam foram reconhecidos na Amazônia ocidental por muitos anos. A partir do século XVII, o uso das forças armadas para a conquista declinou em favor de uma ocupação pacífica e não bélica pelos missionários, como será mostrado na seção a seguir. No entanto, isso não excluiu o uso da força em certas ocasiões (entradas ou incursões), seja para enfrentar a hostilidade nativa ou para garantir a evangelização na fronteira imediata com outras coroas europeias (Herzog 2015a: 109-114). De fato, os ingleses, franceses e holandeses também se estabeleceram entre os estuários do Orinoco e da Amazônia, competindo com seus rivais ibéricos pelas relações comerciais com os povos indígenas (Hemming 1978: 119-138, 198-229, 283-311; Lorimer 1989; Van Nederveen Meerkerk, 1989).

No início do século XVI, os portugueses estabeleceram pequenos armazéns ao longo da costa atlântica, onde as pessoas viviam e ocasionalmente negociavam com os povos indígenas. Logo depois, a Coroa procurou expandir seus domínios, dividindo a costa em capitânicas hereditárias cuja administração era concedida a particulares que, por sua vez, distribuía terras a seus homens. Expedições armadas, conhecidas como *bandeiras*, foram organizadas a partir dessas capitânicas para avançar em direção ao interior em busca de ouro, pedras preciosas e escravos para os enclaves e plantações costeiras. A capitania mais setentrional ficava a leste do estuário do Amazonas. Os portugueses tentaram explorar o grande rio logo no início, mas a resistência indígena aos avanços das tropas fugitivas logo interrompeu seus esforços na área pelo resto do século. As expedições de escravos ao Pará e ao baixo Amazonas recomeçaram no século XVII, agora com o auxílio de missionários. Os capturados foram classificados como escravos, e aqueles que foram “persuadidos” foram considerados como “livres”; os primeiros pertenciam aos comerciantes e colonos, os últimos eram alojados em missões e esperavam trabalhar para particulares e funcionários do estado (Hemming 1978: 7-10, 69-78, 184, 218-220, 335, 412-413; Monteiro 2019).

Houve várias tentativas para libertar os povos indígenas sob o domínio lusitano; nenhuma durou. A captura e a escravização indígena continuaram a ser legalmente aplicadas durante todo o período colonial, e a Coroa não interferiu na captura de escravos (Hemming 1978: 311-317, 412-419; Perrone-Moisés 1992; Lopes de Carvalho 2019: 147). A escravidão permaneceu institucionalizada

durante a união dinástica das duas coroas ibéricas (1580-1640), apesar da aprovação de leis de proteção aos povos indígenas. Isso ocorreu em parte porque os espanhóis prometeram não mudar o sistema jurídico português e sentiram que os habitantes do reino lusitano não se encaixavam nas Leis das Índias (Hemming 1978: 152), e em parte por causa do interesse dos portugueses em garantir o controle do Maranhão e do Pará, um território organizado juridicamente como um elo de ligação entre as áreas sob o controle de Espanha e Portugal que corresponde aproximadamente à atual Amazônia brasileira (Marques 2009; Santos Perez 2019).

Os europeus associavam o direito à terra à agricultura; a caça e a coleta não tinham lugar na equação. A coroa espanhola respeitava os direitos territoriais dos povos indígenas sobre as terras que cultivavam, desde que se submetessem às leis do reino. No século XVI, eles receberam títulos baseados no uso contínuo dessas terras por seus ancestrais. Tais documentos seriam posteriormente invocados para comprovar seus direitos à terra desde os “tempos da conquista” (Herzog 2013; 2015a: 124-125). No entanto, isso só beneficiou as sociedades sedentárias. O nomadismo da maioria dos povos amazônicos impediu o reconhecimento legal das extensas terras que ocupavam e usavam (Mariluz Urquijo 1978). A agricultura e, assim, o assentamento dessas sociedades em um local específico, foram aspectos essenciais da sociedade colonial.

Os assentamentos urbanos (vilas, aldeias, fortes e missões) faziam parte da estratégia colonial de ocupação e controle territorial (Alencar Guzmán 2017). Na Amazônia, a doença, a resistência indígena e a falta de riqueza mineral limitaram o estabelecimento de novas áreas urbanas. Cidades atuais, como Belém do Pará ou Santarém, permanecem em sua localização original. Muitos outros se mudaram, tentando encontrar lugares menos problemáticos ou mais ricos, cujos recursos não se esgotariam tão facilmente, como Santa Cruz de la Sierra, na atual Bolívia, ou Zamora e Archidona, no atual Equador. Outros simplesmente desapareceram com o tempo. Na América espanhola, várias cidades fundadas no final do século XVI e início do século XVII tornaram-se portas de entrada a partir das quais todas as expedições tentaram conquistar a selva até o final do século XIX (Useche 1987; Renard-Casevitz, Saignes e Taylor, 1988: 124-179, 233-293; Musset 2011, 166). Do lado lusitano, agentes militares e privados deslocavam-se progressivamente ao longo dos rios Amazonas e Tocantins, e seus afluentes, impelidos pelas crescentes demandas econômicas por recursos e escravos. A localização das savanas às margens dos grandes rios centrais favoreceu a formação de grandes fazendas

de gado e a expansão da agricultura baseada principalmente no cacau, tabaco e cana-de-açúcar. A força de trabalho dessas plantações eram principalmente escravos nativos e africanos que chegaram à região em meados do século XVII. Sua presença na Amazônia aumentou significativamente a produção agrícola para exportação. O trabalho escravo também foi empregado na construção de obras públicas urbanas e fortificações (Hemming 1978: 343, 367-376; Chamboleyron 2014; Sommer 2019: 617-618). No século XVIII, os últimos processos de urbanização colonial ocorreram na Amazônia, desta vez com feição militar; inúmeras fortificações foram construídas para defender as fronteiras imperiais contra reinos rivais (Souza Torres 2011). Da mesma forma, as Comissões de Fronteira contribuíram para esse processo; pequenas aldeias ribeirinhas acabaram se tornando cidades, como Barcelos, no Brasil atual. Outros lugares que se estabeleceram tornaram-se centros urbanos, como San Fernando de Atabapo, na atual Venezuela. As chamadas cidades “gêmeas” também surgiram de ambos os lados de fronteiras disputadas, como Tabatinga e Loreto de Ticunas, mais tarde Letícia (Zárate Botía, 2012).

As incursões tiveram origem nessas áreas, particularmente nos domínios portugueses, e também foram estabelecidas relações comerciais com algumas populações não submetidas ao sistema de trabalho colonial. Os mercados europeus estavam cheios das chamadas *drogas do sertão*: baunilha, canela silvestre, salsaparrilha, noz-moscada, urucum, índigo, óleos diversos, resinas, madeira, casca de quina e outros. Em troca, os nativos obtiveram machados de metal, facas, armas e anzóis (Solórzano 2017: 197). O interesse por ferramentas metálicas levou muitos deles a buscar contato com agentes coloniais e até mesmo a tecnologia de forjamento apropriada. O acesso a fontes metálicas também reforçou os conflitos interétnicos e as relações escravistas entre grupos distantes da frente comercial. Ganância por ferramentas criou circuitos comerciais conectando

o alto Amazonas com a Bacia do Orinoco na atual Venezuela e as costas das Guianas. A troca de escravos por ferramentas intensificou-se nos séculos XVII e XVIII e perdurou até o século XIX (Benavides 1986, 1990; Santos 1988; Santos 1992: 5-32).

Alianças entre agentes europeus e povos indígenas mudaram e se tornaram funcionais aos interesses de ambos. Os povos indígenas esperavam presentes, envolvimento em circuitos comerciais, títulos reconhecendo sua liderança e domínio sobre grupos rivais em troca de apoio aos reinos europeus. Os europeus enxergaram aliados estratégicos nessas nações autônomas, pois poderiam

servir como auxiliares em expedições à selva, atuar como intermediários e convencer povos independentes a negociar com eles. As alianças permitiram a expansão de agentes coloniais (comerciantes, missionários, soldados, pecuaristas, mineiros) e indústrias extrativistas e agrícolas (Herzog 2015a: 97-109; Roller 2019). Vale lembrar que, sob a lógica colonial europeia, tais alianças, em vez de garantir amizade e parceria, os transformaram formalmente em vassalos e as terras que ocupavam em propriedade da Coroa (Herzog 2015a: 95).

As incursões tiveram um forte impacto nas sociedades nativas, causando desaparecimentos ou rupturas de muitos grupos, bem como deslocamentos regionais. As sociedades que mais sofreram danos nos territórios espanhóis foram aquelas localizadas no sopé e na selva alta, devido à sua proximidade com os centros urbanos andinos. Entre eles, os grupos ribeirinhos foram mais afetados, em relação às etnias interfluviais (Santos-Granero 1992). Em terras portuguesas, as sociedades que habitavam as margens do rio Amazonas e o estuário sofreram o pior destino, escravizadas pelos agentes de Belém do Pará. Aqueles que tiveram menos contato europeu viviam no *sertão*, nas florestas do interior, ao longo dos rios menos percorridos, ou nas cachoeiras de seus afluentes (Hemming 1990: 213-218; Sommer 2019: 614). Em suma, os povos mais impactados em decorrência da presença europeia foram aqueles que habitavam as principais vias de acesso à Amazônia.

9.8 Jesuítas, franciscanos e outras ordens religiosas

As cidades foram estabelecidas por agentes militares e civis para controlar o território, enquanto as missões visavam evangelizar as populações indígenas e colocá-las sob o domínio das Coroas Ibéricas. Ordenanças para novas descobertas, conquistas e pacificações em 1573 previam que a expansão imperial sobre essas populações (e os territórios que ocupavam) seria conduzida usando persuasão e nomeava as ordens mendicantes responsáveis por tal ação. Essa norma nunca foi revogada ou modificada, razão pela qual continuou a ser aplicada ao longo do século XVIII (Weber 2013: 144).

A primeira onda missionária ocorreu por volta de 1630. Dominicanos, agostinianos, capuchinhos, carmelitas, franciscanos e jesuítas avançaram em direção à Amazônia a partir dos Andes ou da costa atlântica. Mas foram os três últimos que tiveram a maior presença na região (Sweet 1995: 9-10). Os jesuítas foram os principais agentes da Coroa espanhola a adentrar a Amazônia, no alto Orinoco e nas planícies de Casanare e Meta, a área de Maynas seg-

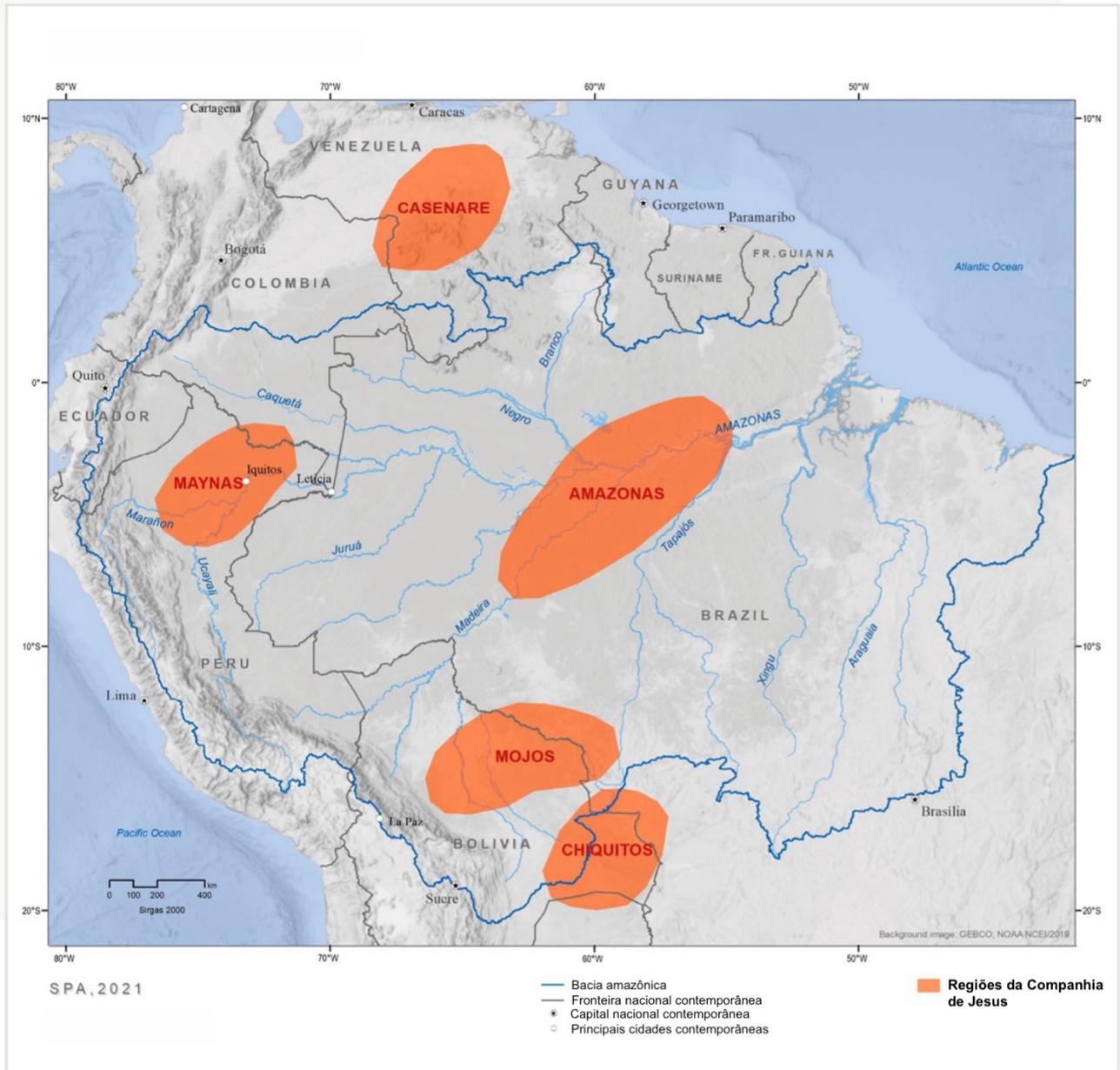


Figura 9.11. Companhia de Jesus na Amazônia. Fonte: elaboração própria de Livi Bacci (2010).

uindo o curso do rio Napo, e as regiões de Mojos e Chiquitos nas cabeceiras dos rios Mamoré e Guaporé (Negro e Marzal, 1999; Saito e Rosas, 2017). As áreas intermediárias do sopé dos Andes às selvas neogranadinas foram atribuídas a dominicanos, agostinianos e franciscanos (Santos-Granero 1992: 125-173; Merino, Olga; Newson 1994; Chauca Tapia 2019). Os missionários eram de

muito menor importância para os portugueses, que delegavam o controle de populações e territórios aos soldados. O sul do rio Amazonas foi atribuído aos jesuítas, que operavam nos vales dos rios Madeira, Tapajós, Xingu e Trombete, enquanto os franciscanos se estabeleceram no Cabo Norte (atual Amapá). Aos carmelitas foi confiada a evangelização na fronteira com Maynas e os vales dos rios

Solimões e Negro (Torres-Londoño, 1999; Alencar Guzmán 2017: 62; Sommer 2019; Lopes de Carvalho 2019: 136-137). A busca por novas populações para evangelizar permitiu o avanço da fronteira interna de ambos os impérios e o reconhecimento da geografia e hidrologia da Amazônia, dando origem às primeiras cartografias dessas regiões (Burgos Guevara 2005; Chauca Tapia 2015).

O objetivo dos missionários era a cristianização e europeização dos grupos indígenas amazônicos, considerados cultural e tecnologicamente inferiores. Sua falta de um local de residência estável e permanente, ignorância da fé cristã, suposta má disciplina e normas de comportamento desconhecidas, tanto no nível pessoal quanto no grupo, foram percebidas como sinais de barbárie, justificando a intervenção missionária (Boccaro 2010: 106-112; Waisman 2010: 209-211). A prioridade dos missionários era a conversão religiosa; os “infieis” receberam noções de catequese para depois serem batizados e se tornarem “neófitos”, ou seja, o povo cristão, mas precisando de tutela, pois ainda tinham que aprender a ser “vassalos” da Coroa (Saito 2007: 454). Era uma tutela religiosa a ser conduzida dentro das missões – ou seja, em um ambiente urbano – onde os povos indígenas deveriam abandonar seu estado de “barbárie” amarrado à vida em meio à natureza, abraçar a cultura ocidental e se tornar “civilizados”.

A concentração das populações indígenas significou a restrição da sua mobilidade e autonomia, e a introdução de aspectos culturais ibéricos que lhes eram alheios. As missões seguiram o modelo urbano ibérico de “tabuleiro de xadrez”, no qual a igreja, as oficinas e as residências do clero eram construídas em torno de uma grande praça central. As ruas paralelas eram ocupadas pelas moradias dos neófitos, enquanto os catecúmenos indígenas (ainda não batizados) viviam na periferia (Martins Castilho Pereira 2014). A introdução de novas culturas e criação de gado causou mudanças na paisagem e ecologia da área (Radding 2008). A promoção dessas atividades buscou transformar os neófitos em “sujeitos produtivos” por meio do treinamento em ofícios artesanais (por exemplo, ferraria, carpintaria, fiação). Isso envolveu a introdução de um novo conceito de tempo, organizado de acordo com um propósito específico e regulado por um sino; aspectos disciplinares e uma noção compulsória de trabalho, levando ao surgimento da ideia de “indolência” por não produzir o que era esperado; e por último, a alteração dos sistemas de parentesco, papéis de gênero e divisão do trabalho (Sweet 1995: 14-22; Santos 1992:43-44). A riqueza produzida pelas missões nem sempre permitia que fossem autossuficientes. No caso dos Mojos, os bens suntuários, os utensílios de metal e os salários de pessoal

especializado foram financiados com a renda obtida com o trabalho escravo nas propriedades da Companhia de Jesus localizadas nas costas do atual Peru e Equador (Bloco 1994: 65-77).

Vários grupos étnicos se reuniram nas missões. Os europeus conheciam esses povos pelos nomes específicos de bandos, tribos e chefias, geralmente dados a eles por aqueles que não pertenciam a esses grupos. Cronistas e clérigos atribuíam vários nomes diferentes às mesmas pessoas ou aplicavam o mesmo nome a vários grupos, dependendo de sua localização ou relacionamento a qualquer momento. Esses rótulos étnicos serviam mais para atribuir uma identidade do que para descrevê-los, ao mesmo tempo em que sugeriam uma falsa sensação de pureza ou continuidade étnica, ignorando que as pessoas se encontravam e se misturavam, entravam e saíam de grupos, ou se tornavam bilíngues ou políglotas (Weber 2013: 35). De fato, como discutido em detalhes no Capítulo 12, essas populações falavam várias línguas, o que impediu sua evangelização. Os missionários tentaram impor uma *língua franca* entre os povos indígenas,



Figura 9.12. Indígena peruano com suas armas. Fonte: Eder (1791).

elaborando gramáticas e vocabulários padronizados, tentando uma homogeneização cultural e linguística. O resultado dessa política foi ambíguo; embora a Quechuaização ou Guaranização tenha sido alcançada em algumas províncias, em outras só foi possível impor o uso de uma *língua franca* dentro de cada missão (Lehm Ardaya 1992: 144-145; Pinheiro Prudente 2017). Com o tempo, essas línguas se solidificaram como variantes idiomáticas específicas e se tornaram a marca de identidade dos grupos étnicos missionários (Wilde 2019: 549).

A mais alta autoridade dentro da missão era exercida pelos missionários. Os líderes indígenas eram reconhecidos, mas subordinados à supervisão do clero. Surgiu uma nova ordem social. Os líderes nativos ocupavam cargos no governo, assegurando a ordem da comunidade (moral, social, produtiva), atuando como auxiliares do clero nas celebrações litúrgicas (como sacristãos ou músicos), e a milícia, desempenhando um papel defensivo contra os avanços militares lusitanos.

A hierarquia da sociedade dentro das missões deu origem a uma nova burocracia nativa. Distinguiam-se pelo vestuário (vestuário e acessórios), acesso diferenciado a recursos e cultura letrada, educação e formação em artes europeias, como música, desenho e ourivesaria (Saito 2007; Waisman 2010; Lopes de Carvalho 2011; 2019; Avellaneda 2016; Wilde 2019). Novas lideranças surgiram a partir da autoridade e do respeito conferidos tanto pelos indígenas quanto pelos missionários, devido ao seu conhecimento dos indígenas e à apropriação de práticas de origem ibérica (Sweet 1995: 36-39). A música, a pintura e a escultura tornaram-se o melhor veículo para envolver os povos indígenas nessa nova ordem, especialmente nas missões jesuíticas. As concepções e estéticas de origem indígena se refletiram nas artes, embora subordinadas à lógica criativa europeia, e se perpetuaram ao longo do tempo, mesmo após o término do processo missionário (Waisman 2010; Diez Gálvez 2017, Monteiro 2019).

A organização das missões envolveu a fragmentação territorial e demográfica de vários grupos étnicos, que foram forçados a deixar suas terras tradicionais para viver sob os padrões de uma nova ordem social, econômica, trabalhista e política, moldando novas identidades dentro dos centros. Paralelamente a esse processo de desculturação, também ocorreu uma etnogênese. Foi empreendida tanto pelos missionários; impondo instituições, saberes e hábitos; quanto pelos povos indígenas, adotando-os e apropriando-se deles para atender aos seus interesses, dando origem à chamada “cultura missionária” ou “memória missionária” (Bloco 1994; Wilde 2019). A experiência

desses povos indígenas levou os agentes coloniais, e posteriormente os republicanos, a considerá-los mais próximos da “civilização”, enquanto grupos que permaneceram autônomos continuaram a ser percebidos e retratados como hostis, bárbaros e selvagens.

9.9 Secularização das missões

Na segunda metade do século XVIII, as monarquias hispânica e lusitana implementaram uma política reformista destinada a fortalecer seus respectivos reinos por meio da modernização e racionalização da economia, da sociedade e do aparato administrativo da península e das Américas. A secularização das missões buscou a integração dos povos indígenas em um sistema socioeconômico mais amplo, considerando sua submissão às leis gerais de justiça e tributação; sua inserção nos mercados de trabalho, no comércio regional e nos circuitos industriais; e seu contato e mistura com a sociedade colonial.

Os jesuítas foram expulsos como parte dessa política reformista. Entre as ordens, eles haviam recebido jurisdição sobre a maior parte da Amazônia espanhola. Eles exerceram um controle rígido sobre os neófitos sob suas mensalidades, garantindo sua relação mínima com o regime colonial hispânico. Eles também eram altamente autônomos na gestão e comercialização dos suprimentos produzidos, fazendo-os parecer como uma ameaça ao poder do estado colonial em meados do século XVIII (Mörner 1965; Merino e Newson 1994). A presença jesuíta na Amazônia lusitana vinha diminuindo desde meados do século XVII. Conflitos frequentes entre os missionários, colonos e soldados pelo controle do trabalho indígena tensionaram a relação dos primeiros com a administração colonial. Seus serviços seriam solicitados e cancelados em sucessivas ocasiões pelos governadores do Maranhão e do Pará, a ponto de serem substituídos pelos carmelitas em missões nas regiões dos rios Solimões, Negro e Branco. Essa animosidade cresceria em meados do século XVIII, à medida que aumentam os interesses privados e imperiais no acesso direto aos recursos naturais e humanos (Hemming 1978: 316-341, 410-461; Lopes de Carvalho 2019).

Em Portugal, a modernização doutrinária e a defesa do domínio régio defendida pelo Marquês de Pombal precipitaram o estranhamento da Companhia de Jesus em 1759. Na Espanha, os esforços para subordinar as ordens religiosas atingiram seu auge quando Carlos III expulsou os jesuítas em 1767. A França já havia feito isso em 1764. Naquela época, a Companhia de Jesus serviu aproximadamente 60 mil indígenas na fronteira amazônica hispânica em pouco mais de 70 missões, bem como 25 mil indígenas

em ~20 missões ao longo da Amazônia inferior e seus afluentes na Amazônia portuguesa (Hemming 1990: 224; Merino e Newson 1994: 10-14).

Nesse contexto, o governo espanhol aprovou diferentes disposições em cada uma de suas jurisdições, com o objetivo de secularização, centralização e aculturação das populações indígenas. O destino das missões jesuítas dependia de sua importância estratégica, recursos econômicos, proximidade com mercados e temperamento dos povos indígenas. Aqueles que ainda queriam se converter (neófitos) foram entregues às ordens mendicantes, particularmente em áreas que ligam o Alto Amazonas e o Alto Orinoco. Aqueles que já haviam abraçado os princípios católicos e “aprendido” a viver como europeus deixaram de estar sob tutela e foram reconhecidos como súditos plenos da Coroa, por exemplo, os da área de Guaporé. Seu governo foi confiado a administradores civis, enquanto seus assuntos espirituais permaneceram com o clero secular (Merino e Newson 1994; Weber 2013: 162-201). Por sua vez, em 1757, a Coroa Portuguesa promulgou uma Diretoria a ser observada nos assentamentos indígenas do Pará e do Maranhão. Originalmente concebido como uma legislação específica para a Amazônia, logo foi estendido a todo o domínio luso-americano. Embora tenha sido concebida como uma medida temporária, estaria em vigor por 40 anos. A Diretoria retirou todas as ordens do controle direto dos povos concentrados nas aldeias e os missionários foram designados exclusivamente para contactar e converter “tribos selvagens”. As antigas missões adquiriram o estatuto de município e caíram sob o domínio de um oficial civil, que deveria supervisionar a administração e a “civilização” dos povos indígenas e garantir a sua rápida e completa integração na sociedade portuguesa o mais rapidamente possível. Também significou o fim legal da escravidão indígena, embora na prática, ela tenha persistido por décadas (MacLachlan 1972; Hemming 1987: 11-12, 40, 58-80).

Ambas as coroas entenderam que a exposição ao cotidiano colonial era o caminho ideal para a aculturação. Especialmente enfatizado no lado lusitano, seu objetivo não era outro senão a “lusização” da Amazônia. As missões perderam seus nomes nativos e receberam nomes de cidades de Portugal. A entrada de colonos em antigas missões e seu casamento com mulheres nativas foram incentivados a acelerar a adoção de práticas domésticas e econômicas de estilo ocidental. A língua portuguesa foi imposta e considerada uma base fundamental da civilização (Hemming 1987: 12; Sommer 2019: 615-616, 620-621). Nos domínios espanhóis, o uso do castelhano em missões anteriores se intensificou em detrimento das línguas

nativas. O reconhecimento do poder e da autoridade da monarquia foi imposto para garantir a internalização da cultura ocidental e sua dominação efetiva. Os nativos não estavam mais isentos de pagar impostos; eles pagavam com mão de obra (por exemplo, têxteis, cacau selvagem), garantindo ainda mais sua conversão em vassalos fiéis e diligentes (Ribera 1989 [1786-1794]: 207-212; Weber 2013: 164-175). Alguns deles resistiram e até se rebelaram, enquanto outros fizeram causa comum com os novos administradores, recriando novas estruturas de liderança baseadas na cultura de missão herdada. Isso não implicou no abandono de sua identidade étnica e traços culturais (Bloco 1994).

Políticas reformistas buscavam mobilizar a força de trabalho indígena e, assim, racionalizar e aumentar a produção da região e garantir o estímulo desejado ao comércio e à indústria coloniais. A pecuária se expandiu; a produção de culturas como cacau, arroz, mandioca, tabaco e banana aumentou; e os produtos manufaturados se diversificaram. A produção nativa na Amazônia espanhola chamou a atenção dos comerciantes. Em alguns casos, os administradores civis eram responsáveis por todas as transações. Em outros, o comércio direto com pessoas de fora era restrito a datas específicas a cada ano. As populações indígenas continuaram prestando serviços à Coroa (Bloco 1994: 126-141; Radding 2008: 120-138). Sob o governo da Diretoria, o crescimento da agricultura e a introdução do comércio eram vistos como o melhor meio de “civilizar” os povos amazônicos. Eles poderiam ser empregados na agricultura, expedições ou prestar serviços para colonos e autoridades provinciais. O diretor não apenas decidiu para quem eles trabalhariam e, portanto, quais atividades eles executariam, mas também administrou os pagamentos. Além disso, eles tiveram que cultivar terras comunais da cidade, com produção tanto para consumo local quanto para abastecer cidades, funcionários do estado e as Comissões de Fronteira. Os indígenas trabalhavam em grandes plantações de café ou açúcar ao lado de escravos africanos trazidos para a Amazônia pela empresa comercial Grão-Pará e Maranhão (Hemming 1987: 11-17, 40-52; Melo Sampaio 2004). Além disso, os nativos foram inseridos em redes de contrabando estabelecidas por comerciantes, clérigos, soldados e governadores nas áreas de fronteira entre as diferentes coroas (Sommer 2006; Lopes de Carvalho 2011).

O novo sistema tornou os povos indígenas mais vulneráveis às demandas trabalhistas, à expropriação de suas terras, ao abuso por parte dos responsáveis pelas cidades e à exploração dos recursos naturais dos quais sua subsistência dependia. Nos domínios espanhóis, a divisão entre

assuntos terrenos e espirituais gerou tensões entre os oficiais do Estado e o clero, levando a conflitos entre eles e os líderes nativos. Nas aldeias da Diretoria, os diretores recebiam uma porcentagem da produção como recompensa por seu trabalho; isso incentivava o abuso físico e o aumento da superexploração do trabalho indígena. Durante os 40 anos de vigência dessa regra, a população administrada no Pará e na Amazônia caiu em mais de um terço, de 30.000 em 1757 para 19.000 em 1798 (Hemming 1987: 57, 60).

Todos esses fatores contribuíram para o despovoamento e desintegração das cidades (mas nem todas, nem mesmo a maioria), aumentaram a propagação de doenças e promoveram deserções (Merino e Newton 1994: 28-30). A maioria dos povos indígenas sob a proteção de ordens mendicantes ou cujo assentamento havia sido tardiamente abandonado as missões retornaram à vida nas florestas. Ocasionalmente, eles se juntavam a comunidades de escravos africanos que haviam fugido da dominação colonial. Esse fenômeno ocorreu particularmente, mas não exclusivamente, ao norte das cabeceiras e médio curso do rio Amazonas. Muitos descendentes dessas populações em isolamento voluntário em afluentes remotos foram encontrados por etnógrafos e missionários nos séculos XIX e XX, que os classificaram erroneamente como grupos “isolados” (Sommer 2019).

9.10 Resistência indígena contra conquista e colonização

Desde a chegada dos primeiros conquistadores até o final do período colonial, múltiplos mecanismos de dominação foram implementados na Amazônia, aos quais os povos indígenas responderam com uma variedade de formas de resistência e rebelião. Em linhas gerais, três fases podem ser observadas na relação entre os conquistadores e os povos indígenas da Amazônia. O primeiro foi caracterizado por incursões deste último até o início do século XVII. A segunda ocorreu entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, com o estabelecimento de povoações, cidades, missões e fortes, e a entrada de vários agentes coloniais, na sua maioria mercadores, incluindo traficantes de escravos, ao longo dos rios. A terceira fase iniciou-se na segunda metade do século XVIII, durante as tentativas mais sérias de consolidação do poder colonial no quadro da concorrência entre Portugal e Espanha, nomeadamente através de Comissões de Fronteira e de expedições em resultado dos tratados de Madrid e de San Ildefonso.

Embora alguns mecanismos de dominação desenvolvidos durante a colonização pareçam ter desaparecido, outros deixaram marcas explícitas ou indeléveis no presente. As inúmeras expedições que adentraram a Amazônia em busca de riquezas foram caracterizadas, segundo elementos reiterativos em crônicas da época, pelo saque de aldeias em busca de alimentos e pela coerção dos nativos, obrigando-os a construir barcos e a permanecer em fortes ou assentamentos europeus (Maurtua 1906; Carvajal [1541-1542] 2007). A apropriação dos meios de subsistência das populações indígenas foi acompanhada por tentativas de controlá-los como força de trabalho.

A princípio, os conquistadores foram recebidos com hospitalidade, mas as notícias de seus abusos se espalharam progressivamente e a recepção inicial em bons termos virou uma declaração de inimizade (Carvajal [1541-1542] 2007; Santos-Granero 1992). As manifestações mais frequentes de resistência na primeira fase de conquista foram o abandono e queima de aldeias e lavouras, bem como o constante assédio às expedições. Em muitos casos, o assédio aos membros da expedição se transformou em movimentos confederados que envolveram vários povos indígenas. Às vezes, esses movimentos conseguiram libertar grandes territórios e expulsar os conquistadores por décadas. Entre as mais antigas rebeliões confederadas, em 1541, os Quijos revoltaram-se contra a expedição de Francisco Pizarro com a participação de várias etnias da margem esquerda do rio Coca, que foram vítimas de tortura para obter informações sobre a localização do País da Canela (Santos-Granero 1992). Da mesma forma, as expedições de Juan Alvarez Maldonado e Gómez de Tordoya por Cusco e La Paz, respectivamente, e os conflitos entre eles, acabaram incitando um movimento confederado entre os Araona, Toromona, Tacana e Leco na atual região de Apolobamba, na Bolívia (Ibáñez Bonillo 2011; Lehm 2016).

À medida que os assentamentos espanhóis e portugueses se consolidavam, as instituições coloniais de domínio ganhavam espaço. Embora muitas vezes se afirme que *encomiendas*, *repartimientos* e trabalho forçado nas *obrajes* e minas coloniais eram instituições confinadas aos altos Andes, evidências do sopé mostram que eles também estavam presentes na Amazônia, embora dispersos. Entre 1560 e 1579, a zona dos Quijos foi palco de duas revoltas em resposta aos abusos dos *encomenderos*. A segunda, liderada por Jumandi, conseguiu destruir algumas cidades espanholas como Ávila, Arquidona e Baeza. Após a derrota dos Quijos, os jesuítas utilizaram a rota para estabelecer as missões de Maynas (Uribe Taborda *et al.* 2020:

58-63; Campion Canelas 2018: 121-122; Ruiz Mantilla 1992).

Em alguns lugares, a usurpação de terras e a extração de recursos naturais foram acompanhadas pela subjugação e exploração da mão de obra indígena. Entre 1579 e 1608, em estado de permanente revolta, os Shuar, Achual e Huambisa, entre outros povos indígenas, levantaram-se diante dos abusos de agentes coloniais que os haviam forçado a trabalhar em minas de ouro. Liderados por Quiruba ou Kirub, tomaram as cidades de Logroño de los Caballeros, Sevilla del Oro, Valladolid, Huamboya e Zamora. Os ibéricos recuaram, e uma “fronteira” foi “estabelecida” que durou até o século XX. A revolta teve influência significativa e se espalhou para outras áreas da Amazônia e do sopé (Santos-Granero 1992: 215-220; Campion Canelas 2018).

O estabelecimento de missões religiosas implicou um impacto maior, uma vez que facilitaram a disseminação de doenças. Os missionários pressionaram os sistemas culturais, religiosos e de governo dos povos indígenas e promoveram a homogeneização linguística e cultural. Essas ações encontraram várias formas de resistência; abandono progressivo e maciço das missões, ataques abertos ou a morte de missionários e soldados, ou movimentos envolvendo vários grupos, como a grande rebelião da nação Cocama entre 1643 e 1669, ou a dos grupos Pano de Ucajali em 1766 (Santos-Granero 1992: 220-226, 227-232).

Nos territórios controlados pelos portugueses, a dominação colonial caracterizava-se pela captura e escravização dos povos indígenas para a produção de açúcar, cacau e outros produtos agroalimentares. Em 1720, as incursões portuguesas pelo rio Negro encontraram resistência, liderada por Ajuricaba do povo Manao, que conseguiu unir os diferentes grupos daquele rio, retardando o avanço dos conquistadores (Sommer, 2019).

Os tratados de Madri e San Ildefonso implicavam a implantação de expedições e Comissões de Fronteira. Esses processos, que duraram vários anos, tiveram um impacto sério nas sociedades indígenas. Às vezes, líderes e até povos indígenas inteiros não tinham escolha a não ser colaborar com a Espanha ou Portugal. Alternativamente, resistiram mantendo um estado de guerra permanente, no qual os missionários desempenharam seu papel (Zárate, 2014). Em 1755 e mesmo em 1766, articulações multiétnicas persistiram na região do Rio Negro, baseadas em redes amplas pré-coloniais, com sistemas de liderança complexos e dinâmicos, ainda mais complexos com a incursão

de agentes ligados ao mundo colonial e relações entre as políticas internas e externas dos povos indígenas. No final do século XVIII, o controle colonial do território não se materializou, apesar das várias tentativas. A liderança indígena demonstrou estratégias políticas e diplomáticas sofisticadas e a manutenção de um estado de guerra permanente. Este caso também destaca a abordagem, nem sempre eficaz, dos impérios espanhol e português para incorporar os povos indígenas ao sistema colonial, reconhecendo suas autoridades e concedendo-lhes privilégios (Melo Sampaio, 2010).

Entre 1770 e 1790, a região do Tapajós foi palco de ataques pelos temidos Munduruku. No início, o alvo de suas ofensivas eram canoas conduzindo cativos indígenas, seguidas por qualquer agente colonial, homem, mulher ou nativo em aliança com os colonos. Sua resistência violenta constante permitiu-lhes evitar serem governados pelo regime colonial (Sommer, 2019). No final do século XVIII, acordos de paz foram forjados entre as facções portuguesas e importantes de Karajá (1775), Kayapó do Sul (1780), Mura (1784-1787), Xavante (1788), Mbayá-Guairukú (1791) e Mundurukú (1795) (Roller 2019: 641).

Algumas rebeliões tinham características messiânicas, combinando elementos da mitologia indígena e do catolicismo. Esses tipos de movimentos se tornaram mais frequentes no final do século XVIII. Destaca-se aquele liderado por Juan Santos Atahualpa na selva central do Peru, pois ligava diferentes povos, como os Yanesha, Ashaninka e Piro, indivíduos ou grupos dos Andes, como Juan Santos de origem cusca, e colonos mestiços e afrodescendentes (Santos 1992: 233). Após a revolta, a região foi isolada do resto do Vice-Reino do Peru até 1847, cem anos depois, quando novas tentativas de colonização começaram no período republicano. Os povos indígenas recuperaram sua autonomia e seus modos de vida pré-conquista, mas também mantiveram elementos trazidos pelos espanhóis, como a pecuária e o cultivo de árvores frutíferas de origem europeia. Além disso, muito importante, eles continuaram executando inúmeras ferrarias para forjar ferramentas e artefatos de ferro (Varese 1973; Zarzar 1989; Santos-Granero 1993).

9.11 Conclusão

A conquista e colonização europeia da Amazônia acarretou intensas transformações no território, especialmente entre seus povos ancestrais. A presença dos reinos de Espanha e Portugal, mas também, em menor grau, de França, Holanda e Inglaterra, foi decisiva na configuração da região em termos políticos, administrativos,

jurisdicionais, econômicos, jurídicos, linguísticos, sociais e culturais.

Desde o início, a Amazônia foi vista pelos europeus como um espaço com riquezas inesgotáveis prontas para serem extraídas. Esse imaginário, que circulava intensamente na Europa, referia-se a fábulas sobre lugares e objetos de ouro e a mitos de origem grega, como o das mulheres guerreiras que acabariam por dar nome a toda a região. Os agentes coloniais (funcionários do Estado, soldados, aventureiros, clérigos e cientistas) eram emissários essenciais desses reinos para conhecer e controlar os habitantes da Amazônia e seus territórios.

Os rios navegáveis, a partir dos Andes ou da costa atlântica, permitiram a exploração europeia, a exploração dos recursos naturais e a escravização dos povos indígenas. Essas atividades reafirmaram ainda mais as reivindicações territoriais de cada coroa sobre esse “novo” espaço. Os europeus se estabeleceram através da Amazônia. Instituições formais de origem colonial, como as *encomiendas* e as capitânicas do início do século XVI, levaram mais tarde à construção de vilas e cidades de diferentes tipos; algumas das populações civis e militares ibéricas, escravos africanos e escravos indígenas, e outras de origem missionária com populações principalmente nativas. Essas cidades eram pontos de apoio para expedições da bacia além do grande rio central, em busca de novos povos indígenas, riquezas naturais e minerais e territórios. Os rios foram as rotas mais utilizadas. Disputas sobre o acesso ao patrimônio amazônico resultaram em conflitos fronteiriços devido a tratados imprecisos, frágeis e mutáveis entre as coroas. As expedições, especialmente no século XVIII, aumentaram o conhecimento geográfico e aprimoraram a cartografia regional, possibilitando definir com mais precisão esses limites.

A dominação das populações nativas foi realizada com o poder da espada e das armas de fogo, da liturgia e das ferramentas agrícolas. Os principais objetivos eram controlar as pessoas como força de trabalho e garantir a produtividade das terras “descobertas”. As relações foram construídas sobre as raízes da dicotomia “civilização/barbárie”, fundada na presença (ou ausência) de certas formas de cultura, tanto urbanas quanto agrícolas. Os povos indígenas eram retratados como estando em processo de “civilização” e eram reunidos sempre que possível em centros de missões urbanas e religiosas onde participavam de atividades associadas a interesses coloniais. Pessoas autônomas que viviam na floresta eram rotuladas de “bárbaros” ou “selvagens”. Essa classificação gerou uma cadeia de “disparidades escalonadas” que perdura até

hoje e pode ser vista nas relações entre as sociedades nacionais e os povos indígenas, e frequentemente entre os próprios povos indígenas, e vem moldando as relações sociais e as políticas públicas desde o período colonial.

A *encomienda*, as aldeias missionárias e a escravidão forçaram os nativos a participar das atividades econômicas europeias e favoreceram a disseminação de doenças, tendo como consequência o declínio demográfico e o extermínio. O despovoamento reforçou o mito do grande vazio amazônico, justificando sua ocupação pelos europeus. As organizações missionárias também levaram à fragmentação territorial e demográfica dos grupos à medida que deixavam suas terras tradicionais para migrar para outros lugares ou aceitavam a nova ordem social, econômica, política e trabalhista. A concentração dos povos indígenas em centros urbanos com culturas relativamente diferentes e seu contato com os europeus levaram a processos de etnogênese, com a exibição de dimensões missionárias dentro de suas culturas e cruzamentos diversos. Como resultado, muitos deles são considerados “menos indígenas” hoje em dia, na tentativa de desconsiderar seus direitos como tal.

As políticas reformistas de meados do século XVIII destacaram os povos indígenas da tutela missionária e os incorporaram ao regime colonial geral, sujeitando-os ao pagamento de impostos e à provisão de mão de obra, tanto para o estado colonial quanto para seus agentes econômicos. Desde o século XIX, o controle da força de trabalho nativa se transformou em práticas como *habilito* ou *enganche*, perpetuando as estruturas coloniais. Os governantes republicanos promoveram políticas para abrir estradas e hidrovias, estabelecer centros urbanos e, em particular, controlar e explorar populações e biodiversidade.

Os povos indígenas responderam às diferentes formas de dominação colonial por meio de várias formas de adaptação, resistência e revolta. Suas estratégias incluíram uma combinação de busca de refúgio em regiões do interior, assédio de expedições e barcos dos colonos, destruição de centros urbanos coloniais e a formação de confederações entre diferentes povos indígenas, que conseguiram superar seus conflitos interétnicos para realizar ações unificadas. Em muitas ocasiões, conseguiram manter espaços autônomos livres da dominação colonial por períodos relativamente longos, em alguns casos até a primeira metade do século XX.

Em suma, a presença europeia na Amazônia introduziu uma série de ideias e práticas de cunho colonial que persistem até hoje.

9.12 Recomendações

- Várias práticas de apropriação da região amazônica e de seus povos têm surgido desde a chegada dos europeus. A transformação dessas práticas, às vezes relacionadas a camadas do colonialismo por longos períodos, deve ser significada e atuada por meio da quebra do racismo histórico, das ideias deterministas de “civilização” ou “barbárie” e das relações humanas violentas e exploradoras de poder. As políticas para o atual sistema socioecológico exigem abordagens críticas permanentes para impedir a reprodução de mitos e estereótipos coloniais.
- Evitar a construção contínua de múltiplas “fronteiras”, por exemplo, entre as políticas dos Estados nacionais; entre espaços e/ou atividades consideradas mais ou menos “civilizadas” (por exemplo, entre centros urbanos e assentamentos mais dispersos nas florestas e savanas); entre a agricultura e outras atividades realizadas por povos indígenas e populações locais; ou entre a Amazônia e os Andes.
- Os povos indígenas andinos e amazônicos mantinham relações permanentemente tensas com os reinos coloniais, rastreáveis em diversas formas de resistência. A superação dessas tensões, que perduram até o século XXI, exige a construção de relações respeitadas que atendam às necessidades das populações locais e evitem a imposição de pautas de atores externos que poderiam, como no passado, gerar conflitos, desapropriações, perdas, extermínios, violências e outras consequências negativas.
- Vários atores contemporâneos, como exploradores militares, missionários ou cientistas anteriores, continuam a gerar conhecimentos dentro e sobre o território. Parece necessário garantir que essas informações sejam usadas por e para o bem-estar das populações amazônicas, não para incentivar apropriações novas, violentas ou impróprias por atores internos e externos.
- Pesquisas mais exaustivas são necessárias sobre a história colonial da Amazônia, especialmente durante o século XVI.

9.13 Referências

Alencar Guzmán D De. 2017. La primera urbanización de los Abunás. Mamelucos, indios y jesuitas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. *Bol Am*: 53–73.

Almeida AF de. 2003. Samuel Fritz and the Mapping of the Amazon. *Imago Mundi* 55: 113–9.

Avellaneda M. 2016. Guerra y milicias jesuíticas en la expansión territorial de la frontera contra el imperio lusitano, siglo XVII y XVIII. In:

Salinas ML, Quarleri L (Eds). Espacios Misionales en Diálogo con la Globalidad.

Barnadas JM. 1985. Francisco Javier EDER SJ: Breve descripción de las reducciones de Mojos. *Hist Boliv Cochabamba, CIV* 22.

Benavides M. 1990. Importancia y significado de las herramientas de metal para los ashaninka de la selva central peruana. Trabajo realizado a partir de la crónica de Fray Manuel de Biedma (s. XVIII). In: Pined R, Alzate B (Eds). Los meandros de la historia en Amazonia. Quito, Ecuador: Abya-Yala/MLAL.

Benavides M. 1986. La usurpación del dios tecnológico y la articulación temprana en la Selva Central Peruana: Misioneros, herramientas y mesianismo. In: Amazonia Indígena.

Block D. 1994. Mission culture on the upper Amazon: Native tradition, Jesuit enterprise and secular policy in Moxos, 1660-1880. University of Nebraska Press.

Boccaro G. 2010. Antropología política en los márgenes del Nuevo Mundo. Categorías coloniales, tipologías antropológicas y producción de la diferencia. In: Giudicelli C (Ed). Fronteras movilizadas. Clasificaciones coloniales y dinámicas socioculturales en las fronteras americanas. México, CEMCA, El Colegio de Michoacán/ Casa de Velázquez.

Burgos-Guevara H. 2005. La crónica prohibida: Cristóbal de Acuña en el Amazonas. FONSAL.

Cabot S. c.1544. Mappemonde (en guise de titre, une inscription bilingue dont le texte latin est le suivant), Présentant dans son quart sud-ouest in hac protens in planum figura continetur totus terre glodus, insule Portus, flumina Sinus Syrtus Et Br. Available in: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55011003p>.

Campion Canelas M. 2018. Las fronteras como espacios de poder y resistencia en el periodo colonial. *Rev Científica Gen José María Córdova* 16: 109.

Carrillo F. 1987. Cartas y cronistas del descubrimiento y la conquista. Editorial Horizonte.

Carvajal G de. [1541-1542] 2007. Descubrimiento del río de las Amazonas / relación de Fr. Gaspar de Carvajal; exfoliada de la obra de José Toribio Medina, edición de Sevilla, 1894 por Juan B. Bueno Medina.

Carvajal G de. Rojas A. de y Acuña C de. 1941. Descubrimientos do Rio das Amazonas. Traduzidos e anotados por C. de Melo Leitão. São Paulo: Ed. Nacional. Available in: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/287/1/203%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

Castilho Pereira IAM. 2014. Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767).

Chambouleyron R, Barbosa BC, Bombardi FA, and Sousa CR de. 2011. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 18: 987–1004.

Chauca Tapia R. 2019. El “imperio fluvial” franciscano en la Amazonía occidental entre los siglos XVII y XVIII. *Histórica crítica*: 95–116.

Chauca Tapia R. 2015. Contribución indígena a la cartografía del Alto Ucayali a fines del siglo XVII*. *Bull l’Institut français d’études Andin*: 117–38.

Condamine CM de la. 1745. Relation abrégée d’un voyage fait dans l’intérieur de l’Amérique Méridionale: depuis la côte de la mer du Sud jusqu’aux côtes du Brésil et de la Guiane. Veuve Pissot. Available in: <https://curiosity.lib.harvard.edu/scanned-maps/catalog/44-990129483480203941>

Condamine CM de la, Lafuente A, and Estrella E. [1738] 1986. Viaje a la América Meridional por el Río de las Amazonas. In: Viaje a la América meridional por el río de las amazonas estudio sobre la quina. Barcelona. Alta Fulla.

Denevan WM. 1980. La población aborigen de la Amazonia en 1492. *Amaz Peru* 3: 3–41.

Diez Gálvez Diez Gálvez MJ. 2017. Las misiones de Mojos: el barroco en

- la frontera. Instituto de Misionología.
- Eder FJ. 1791. Illustrations de Descriptio provinciae moxitarum in regno peruano. Available in: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2300042x/f5.item>
- Ferreira MC. 2007. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História* 23: 51–69.
- Fritz S. 1691. Mapa geographica del rio Marañón o Amazonas, hecha [Document cartographique manuscrit] por el P. Samuel Fritz, de la Compañía de Jesús, misionero en este mesmo río de Amazonas. Available in: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40595394d>.
- García Jordán. 1999. La construcción del espacio amazónico. Una perspectiva histórica de la ocupación de la Amazonía. In: Navarro GJ, Díaz del OF (Eds). Medio ambiente y desarrollo en América Latina. Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos-CSIC.
- Godin des Odonais I. 1827. Account of the adventures of Madame Godin des Odonais, in passing down the River of the Amazons, in the year 1770. In: Charlotte-Adélaïde D, Pierre R de B, Jean G (Eds). Perils and Captivity. Comprising The sufferings of the Picard family after the shipwreck of the Medusa, in the year 1816; Narrative of the captivity of M. de Brisson, in the year 1785; Voyage of Madame Godin along the river of the Amazons, in the year 1770. Edinburgh: Printed for Constable and Co. and Thomas Hurst and Co.
- Golob A. 1982. The Upper Amazon in historical perspective. PhD Diss. University of New York.
- Hemming J. 1987. Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians. London: MacMillan.
- Hemming J. 1990. Los indios y la frontera en el Brasil colonial. In: Bethel L (Ed). Historia de América Latina. América Latina colonial: población, sociedad, cultura. Barcelona.
- Hemming J. 1978. Red gold: the conquest of the Brazilian Indians. Cambridge: Harvard University Press.
- Herzog T. 2015b. Did European law turn American? Territory, property and rights in an Atlantic world. *New Horizons Spanish Colon Law Contrib to Transatl Early Mod Leg Hist Frankfurt*: 75–95.
- Herzog T. 2013. Colonial Law and “Native Customs”: Indigenous Land Rights in Colonial Spanish America. *Americas (Engl ed)* 69: 303–21.
- Herzog T. 2015a. Frontiers of possession. Harvard University Press.
- Humboldt A Von, Bonpland A, and Latreille PA. 1811. Recueil d’observations de zoologie et d’anatomie comparée: faites dans l’océan atlantique, dans l’intérieur du nouveau continent et dans la mer du sud pendant les années 1799, 1800, 1801, 1802 et 1803. New York: Oxford University Press.
- Humboldt A von, C, Poirson JB, G, Blondeau A, G, and Aubert J-B-L G. 1814. Carte itinéraire du Cours de l’Orénoque, de l’Atabayo, du Casiquiare, et du Rio Negro offrant la bifurcation de l’Orénoque et sa communication avec la Rivière des Amazones, dressée sur les lieux en 1800 / d’après des observations astronomiques par Alexand. Available in: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8492733z>.
- Ibáñez Bonillo P. 2015. History of two islands: the colonial myths of the Brazil and Guayana Islands. *Memorias*: 278–321.
- Ibáñez Bonillo P. 2011. El martirio de Laureano Ibáñez: guerra y religión en Apolobamba, siglo XVII. Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo.
- Koch A, Brierley C, Maslin MM, and Lewis SL. 2019. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. *Quat Sci Rev* 207: 13–36.
- Langer J. 1997. O mito de Eldorado: origem e significado do imaginário su-lamericano (século XVI). *Rev Hist (Costa Rica)*: 25–40.
- Lehm Ardaya Z. 1992. Efectos de las reducciones jesuíticas en las poblaciones indígenas de Maynas y Mojos (F Santos, Ed). CE-DIME/FLACSO.
- Lehm Z. 1999. Milenarismo y movimientos sociales en la Amazonía boliviana. La búsqueda de la Loma Santa y la Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad. La Paz, APCOB/CIDDEBENI/OXFAM América.
- Lehm Z. 2016. Sistematización de la historia del gobierno en la región Tacana. CIPTA, Consejo Indígena del Pueblo Tacana.
- Livi Bacci M. 2010. El Dorado in the marshes. Gold, Slaves, and Souls between the Andes and the Amazon. Cambridge, Polity.
- Lopes de Carvalho FA. 2019. Between Captivity and Conversion: Spanish Jesuits, Portuguese Carmelites, and Indigenous Peoples in Eighteenth-Century Amazonia.
- Lopes de Carvalho FA. 2011. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). *Antíteses* 4: 563–98.
- Lorimer J. 1989. English and Irish settlement on the River Amazon, 1550–1646. The Hakluyt Society.
- Lucena M. 1991. Ilustrados y bárbaros. Diarios de límites al Amazonas (1782). Madrid: Alianza Editorial.
- Lucena M. 1999. Reformar as florestas. O Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. *Oceanos* 40: 66–76.
- MacLachlan, C. 1972. The Indian Directorate: Forced Acculturation in Portuguese America (1757-1799). *The Americas* 28/4: 357-387
- Mariluz Urquijo JMM. 1978. El régimen de la tierra en el derecho indiano. Buenos Aires: Editorial Perrot.
- Marques G. 2009. L’Invention du Brésil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l’Amérique portugaise dans l’union ibérique (1580-1640).
- Martínez C. 2020. De Mato Grosso a Chiquitos: migraciones furtivas en la frontera luso-española. *Rev Bras História* 40: 101–23.
- Martín-Merás L. 2007. Fondos cartográficos y documentales de la Comisión de Límites de Brasil en el siglo XVIII en el Museo Naval de Madrid. *Terra Bras*.
- Maurtua VM. 1906. Juicio de límites entre Perú y Bolivia. Prueba peruana presentada al gobierno de la República de Argentina. Gubernaciones de Alvarez Maldonado y Laegui Urquiza. Imprenta de Henrich Y Comp.
- Melo Sampaio P. 2010. Aleivosos e rebeldes: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII. In: Almeida WB de (Ed). Mobilizações Étnicas E Transformações Sociais No Rio Negro. Manaus:
- Melo Sampaio P. 2004. Remedios contra la pobreza. Trabajo indígena y producción de riqueza en la amazonia portuguesa, siglo XVIII. *Front la Hist* 9: 17–59.
- Merino O and Newson LA. 1994. Jesuit missions in Spanish America: the aftermath of the expulsion. *Rev Hist América*: 7–32.
- Monteiro JM. 2019. Indigenous Histories in Colonial Brazil. *AOxford Handb Borderl Iber World*: 397.
- Moore T. 2016. Los inka en las tierras bajas de la Amazonia suroccidental. *Rev Andin* 54: 209–45.
- Morán EF and Mastrangelo S. 1993. La ecología humana de los pueblos de la Amazonía.
- Mörner M. 1965. The expulsion of the Jesuits from Latin America. Alfred A. Knopf Inc.
- Musset A. Ciudades nómadas del nuevo mundo. Fondo de Cultura Económica.
- Negro Tua S and Marzal MM. 1999. Un reino en la frontera: Las misiones jesuitas en la América Colonial.
- Pearce AJ, Beresford-Jones DG, and Heggarty P. 2020. Rethinking the Andes--Amazonia Divide: A cross-disciplinary exploration. London: UCL Press.
- Peñate J. 1984. De la naturaleza del salvaje a la naturaleza de la conquistista. La figura del indio entre los españoles en el siglo XVI. *Cah du monde Hisp luso-brésilien*: 23–34.
- Perrone-Moisés B. 1992. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). *História no Bras* 2: 116–32.
- Pinheiro Prudente G de C. 2017. Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em

- Língua Geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759).
- Pinto RM. 2011. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa.
- Pizarro A. 2009. Amazonía: el río tiene voces. Chile: Fondo de Cultura económica.
- Purpura C. 2006. Formas de existência em áreas de fronteira. A política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII e XVIII).
- Radding C, Jastram V, and Marietr R. 2008. Paisajes de poder e identidad. Fronteras imperiales en el desierto de Sonora y bosques de la Amazonia.
- Raleigh W. 1848. The Discovery of the Large, Rich, and Beautiful Empire of Guiana: With a Relation of the Great and Golden City of Manoa. Performed in the Year 1595, by Sir W. Raleigh, Knt; Reprinted from the Edition of 1596, with Some Unpublished Documents Relative to t. Hakluyt Society. Available at <https://stolenhistory.net/threads/manoa-el-dorado-lake-parime-the-lost-city-of-gold-and-the-headless-people.1157>.
- Renard-Casevitz F-M, Saignes T, and Taylor AC. 1988. Al este de los Andes: relaciones entre las sociedades amazónicas y andinas entre los siglos XV y XVII. Editorial Abya Yala.
- Ribeiro D. 1956. Convívio e Contaminação: Efeitos Dissociativos da população provocada por epidemias em grupos indígenas. *Sociologia* **18**: 50.
- Ribeiro D. 1967. Indigenous cultures and languages of Brazil. *Indians Brazil Twent century*: 22–49.
- Ribera L. 1989 [1786-1794]. Moxos: descripciones exactas e historia fiel de los indios, animales y plantas de la provincia de Moxos en el virreinato del Perú: 1786-1794. El Viso.
- Roller HF. 2019. Autonomous Indian Nations and Peacemaking in Colonial Brazil. In: The Handbook of Borderlands of the Iberian World. New York: Oxford University Press.
- Roux JC. 2001. De los límites a la frontera: o los malentendidos de la geopolítica Amazónica. *Rev Indias*: 513–39.
- Ruiz Mantilla L. 1992. Jumandí: rebelión, anticolonialismo y mesianismo en el oriente ecuatoriano, siglo XVI. In: Opresión Colonial y Resistencia Indígena en la Alta Amazonia. FLACSO - SEDE Ecuador, Abya Yala, CEDIME.
- Saavedra y Guzmán M de. 1639. Material cartográfico manuscrito. In: Biblioteca Digital Hispánica. Available in: <http://catalogo.bne.es/uhtbin/cgiirsi/0/x/0/05?search-data1=bica0000041956>
- Saignes T. 1981. El piedemonte amazónico de los Andes meridionales: estrado de la cuestión y problemas relativos a su ocupación en los siglos XVI y XVII. (Le piémont amazonien des Andes du Sud: état de la question et problèmes relatifs à son occupation aux XVI et au XVII s. *Bull l'Institut Français d'Etudes Andin Lima* **10**: 141–76.
- Saito A and others. 2007. Creation of Indian Republics in Spanish South America. *Bull Natl Museum Ethnol* **31**: 443–77.
- Saito A and Rosas Lauro C. 2017. Reducciones. La concentración forzada de las poblaciones indígenas en el Virreinato del Perú. Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial.
- Santos Gomes F dos. 2002. A “Safe Haven”: Runaway Slaves, Mocambos, and Borders in Colonial Amazonia, Brazil. *Hisp Am Hist Rev* **82**: 469–98.
- Santos-Granero F. 1993. Anticolonialismo, mesianismo y utopía en la sublevación de Juan Santos Atahualpa, siglo XVIII. *Data Rev del Inst Estud Andin y Amaz* **4**: 133–52.
- Santos-Granero F. 1992. Etnohistoria de la Alta Amazonia: siglo XV-XVIII. Editorial Abya Yala.
- Santos Granero F. 1988. Templos y herrerías: utopía y re-creación cultural en la Amazonia peruana, siglo XVIII-XIX. *Bull l'Institut Français d'Etudes Andin* **17**: 1–22.
- Santos Pérez JM. 2019. La conquista y colonización de Maranhão-Grão Pará: el gran proyecto de la Monarquía Hispánica para la Amazonia brasileña (1580-1640). *Rev Estud Bras* **6**: 33.
- Sommer BA. 2006. Cracking down on the cunhamenas: renegade Amazonian traders under Pombaline reform. *J Lat Am Stud* **38**: 767–91.
- Sommer BA. 2019. Conflict, Alliance, Mobility, and Place in the Evolution of Identity in Portuguese Amazonia. In: Rojo D, Radding C (Eds). The Handbook of Borderlands of the Iberian World. New York: Oxford University Press.
- Steward JH. 1948. Handbook of South American Indians. US Government Printing Office.
- Sweet D. 1995. The Ibero-American frontier mission in native American history. In: Langer E, Jackson R (Eds). The new Latin American mission history. Lincoln & London: University of Nebraska Press.
- Taylor A. 1999. Amazonian Western Margins (1550s-1800s). In: The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas. Cambridge: Cambridge University Press.
- Torres SM de S. 2011. Onde os Impérios se Encontram: Demarcando fronteiras coloniais nos confins da América (1777-1791).
- Torres-Londoño F. 1999. La experiencia religiosa jesuita y la crónica misionera de Pará y Maranhão en el siglo XVII (S Negro and M MM, Eds). Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Tyuleneva V. 2003. La leyenda del Paititi: versiones modernas y coloniales. *Rev Andin* **36**: 193–211.
- Uribe Tabora SF, González Serna A, and Tôres Aguiar E. 2020. La gobernación de los Quijos, Sumaco y La Canela Marcos del proceso de producción sociohistórica del territorio en la Alta Amazonía ecuatoriana, siglos XVI-XIX. *Universitas (Stuttg)*: 55–76.
- Useche Losada M. 1987. El proceso colonial en el Alto Orinoco-Río Negro (siglos XVI a XVIII). *Fund Investig Arqueol Nac Publicaciones* **34**: 5–208.
- Van Nederveen Meerkerk HC. 1988. Recife: The rise of a 17th-century trade city from a cultural-historical perspective.
- Varese S. 1973. La sal de los cerros (una aproximación al mundo Campa). 1968. Lima: Retablo de Papel.
- Velásquez, Juan José A. 2012. Amazonia. Construcción y representación de un discurso cultural por los conquistadores españoles del siglo XVI. *Pensar Hist*.
- Wagley C. 1951. Cultural influences on population: a comparison of two Tupi tribes. Museu Paulista, São Paulo.
- Waisman L. 2010. Urban Music in the Wilderness: Ideology and Power in the Jesuit Reducciones, 1609-1767. In: Baker G, Tess K (Eds). Music and urban society in colonial Latin America. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- Weber DJ. 2013. Bárbaros: Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración. Barcelona, Crítica.
- Wilde G. 2019. Frontier Missions in South America: Impositions, Adaptations and Appropriations. In: Radding CL, Rojo D (Eds). The Handbook of Borderlands of the Iberian World. New York: Oxford University Press.
- Zárate CG. 2012. Ciudades pares en la frontera amazónica colonial y republicana. In: Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones.
- Zárate C. 2001. La formación de una frontera sin límites: los antecedentes coloniales del Trapecio Amazónico colombiano. In: Franky C, Zárate C. (Eds). Imani mundo I: Estudios en la Amazonia colombiana. Unibiblos.
- Zárate CG. 2014. Pueblos indígenas y expediciones de límites en el noroeste amazónico. *Front & Debates* **1**: 25–40.
- Zarzar A. 1989. Apo Capac Huayna, Jesus Sacramentado. Mito, utopía y milenarismo en el pensamiento de Juan Santos Atahualpa. Centro amazónico de antropología y aplicación práctica Lima.

INFORMAÇÕES DE CONTATO

SPA Technical-Scientific Secretariat New York
475 Riverside Drive, Suite 530
New York NY 10115
USA
+1 (212) 870-3920
spa@unsdsn.org

SPA Technical-Scientific Secretariat South America
Av. Ironman Victor Garrido, 623
São José dos Campos – São Paulo
Brazil
spasouthamerica@unsdsn.org

WEBSITE theamazonwewant.org
INSTAGRAM [@theamazonwewant](https://www.instagram.com/theamazonwewant)
TWITTER [@theamazonwewant](https://twitter.com/theamazonwewant)